

ANÁLISE ECONÔMICA DO TERRITÓRIO SOB INFLUÊNCIA DIRETA
DO PORTO DO AÇU SEGUNDO FUNDAMENTOS DA ECONOMIA
INSTITUCIONAL

ELZA MARIA GONÇALVES CAMPOS MATOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL NORTE FLUMINENSE - UENF

CAMPOS DOS GOUTACAZES - RJ
AGOSTO - 2013

ANÁLISE ECONÔMICA DO TERRITÓRIO SOB INFLUÊNCIA DIRETA
DO PORTO DO AÇU SEGUNDO FUNDAMENTOS DA ECONOMIA
INSTITUCIONAL

Elza Maria Gonçalves Campos Matos

Dissertação apresentada ao Centro de
Ciência e Tecnologia, da Universidade
Estadual do Norte Fluminense, como parte
das exigências para obtenção do título de
Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Alcimar das Chagas Ribeiro

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
AGOSTO DE 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCT / UENF

82/2013

Matos, Elza Maria Gonçalves Campos

Análise econômica do território sob influência direta do Porto do Açú segundo fundamentos da economia institucional / Elza Maria Gonçalves Campos Matos. – Campos dos Goytacazes, 2013.

ix 112 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) -- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciência e Tecnologia. Laboratório de Ciências Químicas. Campos dos Goytacazes, 2013.

Orientador: Alcimar das Chagas Ribeiro.

Área de concentração: Gerência da produção.

Bibliografia: f. 103-110.

1. INSTITUIÇÕES 2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SÃO JOÃO DA BARRA (RJ) 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 4.

AÇÃO COLETIVA 5. PORTO DO AÇU – SÃO JOÃO DA BARRA (RJ)

I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciência e Tecnologia. Laboratório de Engenharia de Produção II.

Título

CDD 338.98153

ANÁLISE ECONÔMICA DO TERRITÓRIO SOB INFLUÊNCIA DIRETA
DO PORTO DO AÇU SEGUNDO FUNDAMENTOS DA ECONOMIA
INSTITUCIONAL

Elza Maria Gonçalves Campos Matos

Dissertação apresentada ao Centro de
Ciência e Tecnologia, da Universidade
Estadual do Norte Fluminense, como parte
das exigências para obtenção do título de
Mestre em Engenharia de Produção.

Aprovada em 22 de agosto de 2013

Comissão Examinadora:

Prof. Emmanuel Paiva de Andrade (D. SC., Ciências em Engenharia de Produção) –
UFF

Prof. José Ramón Arica Chávez (D. SC., Engenharia de Estatística e Computação) –
UENF

Prof. Roberto Cezar Rosendo Saraiva da Silva (D. SC., Economia) – UFF

Prof. Alcimar das Chagas Ribeiro (D. Sc., Ciências de Engenharia) - UENF
Orientador

Aos meus filhos Gyane, Gyslaine e Gyell

AGRADECIMENTOS

Este trabalho trata-se de um ideal, que nasce de minha inquietude diante de meu primeiro contato com a pesquisa científica. E só fui capaz de concretizá-lo, devido ao direcionamento e incentivo acadêmico que recebi, desde o início dessa caminhada, de meus professores Joel de Lima P. C. Junior, Cristiano Marins, Emmanuel Paiva de Andrade, o apoio e incentivo de meus filhos, familiares, amigos. E principalmente devido à amizade, ensino e apoio à mim dispensados pelos professores e funcionários do LEPROD aos quais registro aqui minha gratidão.

Agradeço de forma especial ao meu mestre e orientador Alcimar das Chagas Almeida, por acreditar em meu trabalho e aceitar o desafio de me orientar e pelo profissionalismo, paciência, humildade e sabedoria com que me concedeu liberdade para sonhar e orientação para caminhar rumo à ciência.

Aos professores Manuel Antônio Molina Palma, agradeço por mostrar-me quão prazeroso e árduo é encontrar a fronteira do conhecimento e ao José Ramón Arica Chávez agradeço o apoio e irrestrita compreensão

Aos meus amados filhos Gyane Gonçalves, Gyslaine Gonçalves e Gyell Gonçalves, agradeço o companheirismo, o respeito por mim e pelas minhas escolhas, por aceitarem minha completa ausência.

Às amigas Sílvia Sales, Elma Cortês, Maisa Amorin e Caroline Parajara, agradeço pelo apoio, amizade e compreensão, mesmo diante de inúmeras faltas.

À minha querida irmã e professora Alcione Gonçalves Campos, agradeço o apoio em meus estudos durante todo o meu trajeto acadêmico e pelas inúmeras contribuições e revisão deste trabalho.

Às minhas irmãs Ilza Gonçalves, Sônia Maria e Marcione Gonçalves, agradeço por suprir minha ausência tanto com meus pais como com meus filhos.

Aos meus pais Adélia Gonçalves Campos e Antônio da Conceição Campos, pelo carinho e pelo exemplo de vida que são para mim.

À minha sobrinha Cleone Gonçalves e ao meu genro Myuson Junior, pelo apoio e compreensão.

Ao meu amigo e Professor Cristiano Marins pelo incentivo e apresentação à UENF.

A todos os representantes das instituições de Campos e São João da Barra – RJ, que responderam a minha pesquisa, e principalmente ao professor Marcos Pedlowisk, que tanto contribuiu com a minha pesquisa de campo.

Aos integrantes da minha banca, Emmanuel Paiva Andrade, José Ramón Arica Chávez e Roberto Cezar Rosendo Saraiva da Silva pelo comprometimento e dedicação com que propuseram riquíssimas e pertinentes contribuições a esse trabalho.

"Como explicaria Einstein, é preciso um novo enfoque para conseguir um avanço nas ciências, neste caso, na teoria do desenvolvimento."

Esteve, 2009

RESUMO

ANÁLISE ECONÔMICA DO TERRITÓRIO SOB INFLUÊNCIA DIRETA DO PORTO DO AÇU SEGUNDO FUNDAMENTOS DA ECONOMIA INSTITUCIONAL

O desenvolvimento econômico de uma nação depende de suas instituições, sejam essas definidas como hábitos de um povo ou como as regras criadas para padronizar a interação humana. Enquanto regras se configuram em ambiente institucional que garante os direitos de propriedade ou em estruturas de governança para gerir as formas como as unidades econômicas e sociais podem cooperar, os hábitos determinam a forma de pensar de um povo. A função das regras é minimizar custos de transação, no entanto, no nível micro, essa função é ampliada devido à necessidade de coordenar ações entre vários atores. O presente estudo buscou na pesquisa de campo, através de entrevistas, junto aos representantes das organizações que compõem o arranjo institucional do território, compreendido esse entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra - RJ, verificar se a estrutura do arranjo institucional no território é capaz de coordenar a ação coletiva de forma a inserir a população local no processo de desenvolvimento desencadeado a partir da exploração da atividade portuária. O resultado da pesquisa fornece evidências de que a estratégia utilizada pelos atores no processo de governança do território visa minimizar custos de transação, mesmo em ações com foco no coletivo, e assim geram um resultado incapaz de minimizar conflitos e de assegurar o engajamento dos diversos grupos de interesse, o que reflete na queda da qualidade de vida da população. Uma percepção que se comprova na análise comparativa dos índices econômicos produzidos no território. Indicando, assim, que o desafio da inserção da população local no processo de desenvolvimento do território passa antes pela aceitação do paradigma da cooperação pelas lideranças locais, ou seja, um desafio que depende de uma mudança institucional, seja essa definida como os hábitos de um povo, ou como as regras de interação que padroniza a interação entre as pessoas.

Palavras Chave: Instituições. Economia Institucional. Desenvolvimento Econômico. Estrutura de Governança. Ação Coletiva.

ABSTRACT

ECONOMIC ANALYSIS OF THE LAND UNDER DIRECT INFLUENCE OF PORT AÇU BY INSTITUTIONAL FOUNDATIONS OF ECONOMICS

The economic development of a nation depends on its institutions, these are defined as the habits of a people or as the rules created to standardize human interaction. While rules are configured in the institutional environment that guarantees the rights of ownership or governance structures to manage the ways in which social and economic units can cooperate, habits determine the thinking of a people. The function of the rules is to minimize transaction costs, however, at the micro level, this function is enlarged due to the need of coordinating actions among various actors. The present study, a field research, conducted through interviews with representatives of organizations that make up the institutional arrangement of the territory that is comprised by the municipalities of Goytacazes and São João da Barra - RJ, verify that the structure of the institutional arrangement in the territory is capable of coordinating collective action in order to insert the local population in the development process triggered by the exploitation of port activity. The search result provides evidence that the strategy used by stakeholders in the governance of the territory aims at minimizing transaction costs, even in actions focused on the collective, and thus generate an outcome incapable of minimizing conflict and ensuring the involvement of the various interest groups, which is reflected in reduced quality of life. A perception which is proved in the comparative analysis of the economic index produced in the territory. Thus indicating that the challenge of inclusion of local people in the development process of the territory passes before through the acceptance of the paradigm of cooperation by local leaders, i. e., a challenge that depends on institutional change, this is defined as the habits of a people, or as the rules of interaction that standardizes the interaction between people.

Key-words: Institutions. Institutional Economics. Economic Development. Governance Structure. Collective Action.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Território em análise.....	26
FIGURA 2	Parque Industrial do Açú.....	29
FIGURA 3	Plantação danificada pela salinização do solo.....	31
FIGURA 4	Mudança provocada na paisagem do território com a construção do CIPA.....	32
FIGURA 5	Processo de institucionalização de uma nova prática.	62
FIGURA 6	Estrutura de governança.....	68
FIGURA 7	Níveis analítico-institucionais de organização do sistema econômico.....	69
FIGURA 8	Esquema da indução das formas de governança.....	71
FIGURA 9	Análise da estrutura de governança de sistemas produtivos agroindustriais.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Participação das receitas royalties nos municípios da Região Norte Fluminense.....	34
GRÁFICO 2	Comparação da diferença do salário de admissão da ocupação em destaque com o maior saldo de emprego em SJB e o salário mínimo oficial.....	39
GRÁFICO 3	Dinâmica do emprego no comércio local em SJB.....	40

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1	Características da população do território.....	36
QUADRO 2	Principais Produtos agrícola do território da produção de 2012.....	37
QUADRO 3	Saldo do emprego formal no território no período 2005 a 2011.....	38
QUADRO 4	Ocupação em destaque com o maior saldo de emprego em SJB.....	39
QUADRO 5	Indicadores socioeconômicos do território.....	41
QUADRO 6	Objetivos do trabalho.....	45
QUADRO 7	Princípios da economia institucional.....	46
QUADRO 8	Princípios que norteiam a ação coletiva.....	47
QUADRO 9	Princípios que fundamentam o capital social.....	48
QUADRO 10	Composição do arranjo institucional do território.....	50
QUADRO 11	Organizações e representantes da amostra da pesquisa.....	51
QUADRO 12	Conceitos de instituição.....	65
QUADRO 13	Contribuições na análise da estrutura de governança.....	70
QUADRO 14	Análise da relação entre frequência das transações e especificidade dos ativos.....	72
QUADRO 15	Conceito de governança.....	75
QUADRO 16	Unidades de análise.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIC	Associação Comercial e Industrial de Campos
ACISA	Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de São João da Barra
ASPRIM	Associação dos Produtores Rurais e Imóveis
CDL	Clube dos Dirigentes Lojistas
CIPA	Complexo Industrial Portuário do Açú
COMUDES	Conselho Municipal de Desenvolvimento
CPZ2	Colônia de Pescadores Z2 de Atafona
FENORTE	Fundação Estadual Norte Fluminense
FUNDENOR	Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional
FMC	Fondo Mink'a de Chorlavi
Firjan	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FUNDECAM	Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFF	Instituto Federal Fluminense
LLX	Empresa de logística do Grupo EBX
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPE	Micro e Pequena Empresa
NEI	Nova Economia Institucional
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa.
SJB	São João da Barra
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SRCG	Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes
SMASJB	Secretaria Municipal de agricultura de São João da Barra
SNAPC	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Campos dos Goytacazes
SRSJB	Sindicato Rural de São João da Barra
UENF	Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1.	INTRODUÇÃO.....	20
1.1	Problema de Pesquisa.....	23
1.2	Premissa do Trabalho.....	23
1.3	Objetivos.....	23
1.3.1	Objetivo Geral.....	23
1.3.2	Objetivos Específicos.....	24
1.4	Justificativa.....	24
1.5	Estrutura do Trabalho.....	24

CAPÍTULO II

2.	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	26
2.1	A Localização Geográfica do Território	26
2.1.1	Histórico do Município de São João da Barra.....	27
2.2	CIPA a Maior Obra Portuária das Américas.....	28
2.2.1	Gestão Integrada do Território.....	29
2.2.2	Um Empreendimento para Acelerar o Crescimento Econômico.....	30
2.3	Impactos Socioeconômicos.....	31
2.4	Um Empreendimento que Provoca Mudanças Institucionais...	32
2.5	A Gestão do Território.....	34
2.6	Características Econômicas do Território.....	36
2.6.1	O Município de São João da Barra.....	37
2.6.2	Indicadores do emprego formal no território.....	38

CAPÍTULO III

3	METODOLOGIA	42
3.1	Natureza da Pesquisa.....	42
3.2	Participantes.....	43
3.3	Coleta de Dados.....	44
3.4	Percurso Metodológico.....	45
3.5	Pesquisa de Campo e Seleção da Amostra.....	48
3.5.1	Desafios de Efetivação da Pesquisa.....	52
3.5.2	Realização das Entrevistas.....	53
3.6	Análise de dados.....	54
3.6.1	Unidades de análises.....	54
3.7	Limitações Metodológicas.....	56

CAPÍTULO IV

4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	57
4.1	Desenvolvimento Econômico na Abordagem Institucional.....	57
4.2	O Desenvolvimento e as Instituições Segundo o Antigo Institucionalismo.....	69
4.2.1	O Processo de Institucionalização de Uma Nova Norma.....	61
4.3	A Década de 1970 e Reconhecimento da Relevância das Instituições para Desenvolvimento.....	62
4.4	A Nova Economia Institucional - NEI.....	63
4.4.1	A Vertente Macroeconômica da NEI.....	64
4.4.2	O Processo de Mudança Institucional.....	65
4.4.3	As Instituições e os Mecanismos de Coordenação Alternativo ao Mercado.....	66
4.4.4	A Vertente das Microinstituições da NEI.....	67
4.4.5	Estrutura de governança.....	67

4.4.6	Contribuições para a Análise da Estrutura de Governança.....	69
4.4.7	Críticas a NEI.....	72
4.5	A Diversidade da Estrutura de Governança	74
4.5.1	Governança territorial.....	75
4.5.2	Governança das Relações do Território	76
4.5.3	Governança e Ação Coletiva.....	77
4.5.3.1	A Construção da Ação Coletiva.....	78
4.5.3.2	Princípios da ação coletiva.....	78
4.5.3.3	A Influência do Capital social na Ação Coletiva.....	79
4.5.4	O Papel do Estado no Comportamento Cooperativo.....	80

CAPÍTULO V

5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	83
----------	------------------------------------	-----------

CAPÍTULO VI

6	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS.....	95
6.1	Limitação do Estudo.....	101
6.2	Sugestões para Futuros estudos.....	102
	REFERÊNCIAS.....	103
	Anexo 1.....	111

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro recebe um impulso significativo de investimentos privados direcionados para o setor de infraestrutura portuária. Um processo que se inicia em 2007 com os primeiros investimentos destinados para a construção do Porto do Açú no 5º Distrito de São João da Barra, provocando mudanças em toda a região, mas principalmente no território compreendido entre os municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes – RJ, no qual ha uma perspectiva de que a atual organização produtiva, de base econômica rural, seja transformada em uma economia industrial de grande proporção.

As oportunidades são exaltadas nos discursos dos idealizadores do Complexo Industrial Portuário do Açú - CIPA, os quais justificam os prejuízos causados à população do território alegando que os benefícios serão em proporções muito maiores. Uma vez que a atividade portuária demandará mão de obra que gerará mais de 25 mil empregos, o que automaticamente gerará desenvolvimento econômico para a região.

No entanto, há uma preocupação, tanto por parte da população local como por pesquisadores sociais e econômicos, sobre as reais possibilidades desses investimentos serem convertidos em melhoria de qualidade de vida para a população. Esta é uma preocupação recorrente, já que o processo de desenvolvimento não resulta apenas em taxas positivas originárias do crescimento do PIB, mas, sobretudo, deve implicar na melhoria constatável do padrão de vida da maioria da população (SOUZA et al., 2009; JUNIOR et al., 2011; RIBEIRO et al., 2011; SALLES; RIBEIRO, 2011).

Já se observa no percurso das obras a materialização de alguns problemas econômicos, como a inviabilização da atividade pesqueira e do cultivo da terra pelos agricultores que perderam suas terras, ou devido a problemas ambientais. Fato que vem aumentando a preocupação com o risco que as atividades econômicas instituídas correm de desaparecer, e nesse caso, com a inserção dessa população na nova configuração produtiva de base tecnológica. Outros problemas que também

se verificam no território são o aumento dos preços imobiliários e a falta de engajamento das empresas locais com o empreendimento.

Além dos problemas que já se materializam ainda há a preocupação com o início das operações do empreendimento, pois a tendência é que nesse momento, outros problemas característicos de regiões portuárias, como o aumento de tráfego, poluição ambiental, aumento no nível da violência, surjam (MARONE et al., 2005; RIBEIRO et al., 2011).

O que demonstra um ambiente de incertezas para população local, que já sofre com os prejuízos dos impactos causados pelo empreendimento, além da crença de que esses tendem a acentuar, enquanto que as propagadas oportunidades geradas pelo Porto parecem distantes de se materializarem. Nesse contexto, encontrar instrumentos que possam reconduzir o território a um estágio de adequação às exigências de inserção é fundamental. Aspectos da economia institucional podem auxiliar a alcançar esse objetivo.

Verificando tais preceitos, vê-se que a compreensão do processo de desenvolvimento econômico de uma nação requer uma análise que tem sido negligenciada, a qual seja, o papel das instituições, pois não basta assegurar o crescimento apenas em termos do PIB, mas é preciso que este crescimento seja social e ambientalmente sustentável, contudo não é resultado automático deste e, assim sendo, requer uma intervenção no sentido de direcionar e conciliar eficiência econômica e "desejabilidade social"¹ (OLIVEIRA, 2002; SALLES, 2011; SALLES; RIBEIRO, 2012).

Ao se observar o modelo de desenvolvimento econômico que está sendo implantado no território constata-se que: por um lado os agentes públicos entendem que, os investimentos se traduzirão em desenvolvimento automaticamente; por outro a empresa privada, isoladamente, toma para si a responsabilidade de coordenar o processo de gestão do território, pois esta relata em seu site que possui, “um projeto de Gestão Integrada de Território, um modelo participativo envolvendo poder público, empresas, organizações da sociedade civil, instituições de educação e lideranças regionais na construção de soluções sustentáveis para o

¹ A desejabilidade social pressupõe a solidariedade entre classes sociais, o que implica optar por padrões tecnológicos que propiciem uma distribuição mais equitativa da renda gerada.

desenvolvimento do município”. Uma proposta que foi apresentada em um seminário realizado na UENF em dezembro de 2010, (QUINTO JÚNIOR et al, 2011).

Contudo, a Nova Economia Institucional - NEI entende que o desenvolvimento é depende de um ambiente institucional que assegure direitos de propriedade eficientes. E ainda, se faz necessário também, no nível micro, a articulação de um arranjo institucional, ou estruturas de governança, para gerir as formas como as unidades econômicas podem cooperar. Tanto na visão macro do ambiente institucional como na visão das microinstituições, a intervenção segue no sentido de minimizar custos de transação (WILLIAMSON, 2000; CONCEIÇÃO, 2002; BUENO, 2004).

Na perspectiva microinstitucional, minizar os custos de transação requer identificar, entre as estruturas genéricas de governança, aquela mais eficiente para a organização interna da firma. Esta abordagem visa assegurar a confiança entre duas partes na medida em que minimiza o grau de incerteza e inibe o comportamento oportunista dos atores. Não compreendendo, portanto, análises mais complexas, necessárias para a identificação de arranjos de governança envolvendo sistemas produtivos com muitos atores, pois tais estruturas exigem o estudo da gestão de diferentes grupos, uma lacuna que leva a teoria a sofrer críticas quanto a sua limitação para análises de sistemas sociais (ZYLBERSZTAJN; NOGUEIRA, 2001; GOMES, 2004; OSTROM, 2007b; BUNTTENBENDER, 2010).

Ao observar as questões sociais verifica-se que essas geralmente envolvem dois tipos de problemas: 1) os custos de transação e 2) os dilemas que envolvem a ação coletiva. E que um problema surge pelo fato de que nem sempre a segunda questão recebe atenção devida na formulação de programas de desenvolvimento local. Essa falta de atenção se deve à tentativa de pesquisadores e decisores políticos de resolver problemas complexos com receitas universais. E, assim, não observam que: a estrutura de governança econômica não trata apenas de uma relação entre dois mundos; estas possuem diferentes modos de coordenação da ação coletiva; tratar da estrutura de governança de uma sociedade não se trata de uma simplória configuração organizacional; na esfera territorial, a governança adquire lógicas específicas que orientam a vida coletiva (OSTROM, 2007; BUENO, 2011; ORTEGA e SILVA, 2011).

Pautado nesse contexto teórico, observa-se que o desenvolvimento econômico depende de um arranjo institucional cuja função seja coordenar a ação coletiva em um determinado território. No entanto, surge um questionamento que se configura no problema de pesquisa, o qual é delineado abaixo, e que a presente pesquisa se propõe a resolver a partir de entrevistas junto aos agentes econômicos locais de maneira a identificar como esses coordenam a ação coletiva no território de maneira a resolver os problemas coletivos do território provocados pela implantação desse empreendimento.

1.1 Problema de pesquisa

O território impactado pelos investimentos exógenos do porto do Açú é dotado de um arranjo institucional capaz de promover um processo de governança para potencializar a ação coletiva e assim assegurar o desenvolvimento econômico para a população local?

1.2 Premissa

O presente estudo tem por premissa que a adaptação da sociedade local à configuração produtiva portuária não ocorrerá autonomamente, ou seja, dependerá do arranjo institucional local e ações coletivas das organizações visando adaptar os agentes econômicos a esse contexto de mudança.

1.3. Objetivos

Os objetivos são divididos entre objetivos gerais, os quais são mais amplos e apresentam uma visão global, e os específicos, estes permitem atingir os objetivos gerais.

1.3.1 Objetivo geral

Articular, a partir fundamentalmente da perspectiva dos institucionalistas, referencial de literatura que permita a compreensão de um arranjo institucional selecionado, com sua estrutura de governança e com foco na gestão territorial. Utilizando este referencial construído, verificar como os agentes locais do território em análise se organizam para gerir o processo de mudanças, tomando como caso empírico para o estudo o processo de implantação do Complexo Industrial Portuário do Açú - CIPA.

1.3.2 Objetivos específicos

- 1) Verificar se as ações desenvolvidas no território visando ao desenvolvimento econômico possui relação com os princípios da economia institucional;
- 2) Identificar o processo de interação entre as organizações que compõem o arranjo institucional do território;
- 3) Verificar o processo de articulação da ação coletiva bem como a observância dos princípios que a sustentam pelos atores do arranjo local.

Espera-se, ao final do estudo, ao atingir tais objetivos, contribuir para o entendimento de uma estrutura de governança territorial além de possibilitar um diagnóstico da estrutura de governança existente no território em análise.

1.4 Justificativa

A instalação de um grande empreendimento em um território provoca mudanças no modo de vida das pessoas que residem nesse território. Identificar como os atores locais se organizam para minimizar os impactos negativos e potencializar as oportunidades que surgem com tais mudanças é uma necessidade estratégica tanto do ponto de vista do empreendimento quanto do ponto de vista do poder público. Uma vez que o resultado dessa investigação poderá fornecer subsídios que possibilitaram o direcionamento de políticas públicas e auxiliaram nas decisões empresariais.

1.5 Estrutura do trabalho

O CAPÍTULO I é composto pela Introdução, que propicia uma contextualização do assunto e os demais itens que a compõem: 1.1 Problema da Pesquisa; 1.2 Premissa; 1.3 Objetivos; 1.4 Justificativas; e 1.5 Estrutura do trabalho.

O CAPÍTULO II trata da caracterização do território, no qual se busca evidenciar como inicia o povoamento desse território, fornecer índices econômicos que possibilitem uma compreensão do quadro da economia local. Compreende

ainda uma apresentação do empreendimento o qual provoca uma mudança no território.

Para atingir o objetivo do trabalho, se optou pela metodologia do estudo de caso, o qual é indicado para pesquisa qualitativa, particularmente quando se trata de um fenômeno contemporâneo sobre o qual o pesquisador não possui controle. Para a descrição do caso foi realizada uma pesquisa de campo na qual se utilizou entrevistas abertas. A análise dessas foi possível mediante a técnica de análise de conteúdo por se tratar da que melhor se adequa ao estudo, pois oferece a oportunidade de inferência ao pesquisador a partir do tratamento e manipulação das mensagens. A realização da ligação entre o conteúdo das entrevistas e as proposições do estudo foi realizada a partir da decomposição dos relatos em unidades de análises. A metodologia será retomada em maior profundidade no capítulo III.

No CAPÍTULO IV, é apresentada a revisão da literatura que aborda os seguintes pontos: a visão dos antigos e dos novos institucionalistas sobre instituições e sua relação com o desenvolvimento; a abordagem da Nova Economia Institucional em suas duas vertentes; governança territorial; os princípios de ação coletiva e capital social.

No Capítulo V é apresentada a análise dos resultados da pesquisa realizada e as considerações finais compõem o Capítulo VI.

CAPÍTULO II

1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Esta seção busca descrever o território em análise, ressaltando sua origem, os costumes de seu povo, bem como o conflito que envolve a instalação do CIPA, além de evidenciar aspectos relacionados ao processo de gestão.

1.1 A localização geográfica do território

O território em análise compreende os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra – RJ na Região Norte, conforme fig 1. Municípios que estão sendo diretamente impactado pelas obras de instalação do Complexo Portuário do Açú - CIPA. Tal impacto se deve às transformações necessárias para a implantação de grandes projetos de infraestrutura. Contudo, por se tratar de municípios tipicamente agrícolas, os maiores prejuízos dessa intervenção têm sido contabilizados entre os produtores rurais. Embora haja também impactos sociais e ambientais, estes não fazem parte do escopo da presente análise.

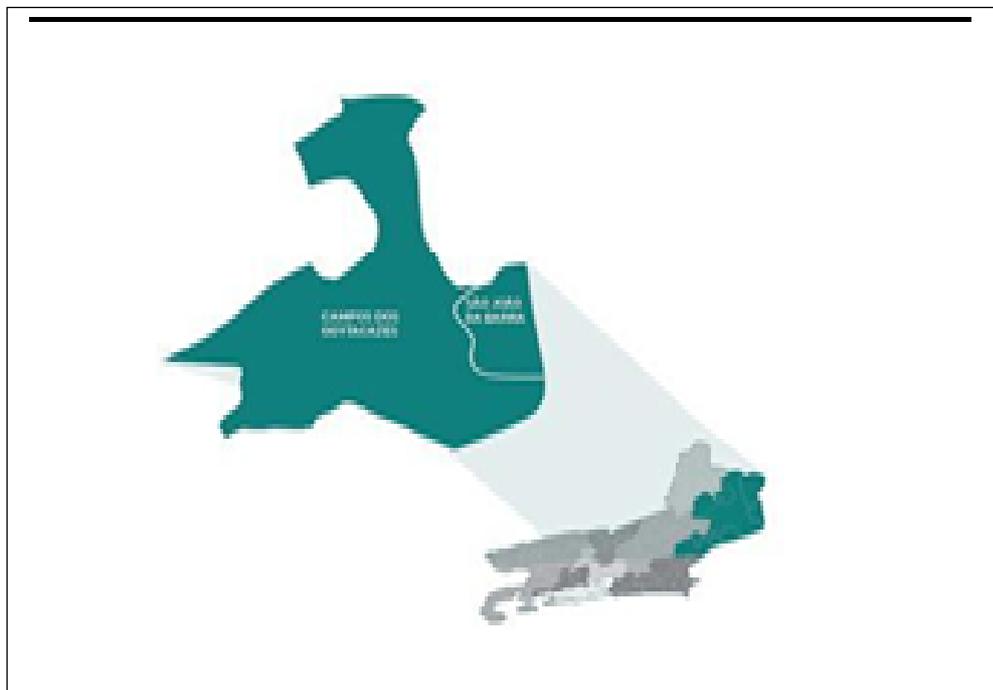


Figura 1: Território em análise.
Fonte: Adaptado do sitio da FIRJAN.

O empreendimento em questão, embora impactante, é justificável por se constituir em um elemento chave para o desenvolvimento econômico do território, segundo o seu idealizador, o Empresário Eike Batista, e os governantes das três esferas. Faz parte do empreendimento a construção de um mineroduto², uma obra que vai impactar 32 municípios dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo por cortar tais estados. Porém, desses municípios os mais impactados são os municípios de São João da Barra-RJ, sede do CIPA, e Campos dos Goytacazes-RJ, devido à proximidade com a sede. Explicando assim o interesse da presente pesquisa nesses dois municípios que doravante serão denominados por território.

2.1.1 Histórico do Município de São João da Barra

A origem deste município data de 1630, dando início também a povoação da região Norte Fluminense, cujos primeiros habitantes foram um grupo de pescadores de Cabo Frio quando um destes fixa residência num pequeno elevado de areia junto ao rio Paraíba do Sul. Sendo seguido por outros pescadores, dá início a construção de uma pequena ermida em louvor a São João Batista. A população da recém-criada vila era de aproximadamente 30 pessoas cujas atividades econômicas incluíam pesca, algum transporte de mercadorias, criação de gado vacum e cavalariagem e o início da cultura de cana. Foi assim que viveu, durante o século XVII, a gente dessa terra. Com o alvorecer do século XVIII, tomou importância o transporte fluvial entre a vila de Campos e vizinhança e o porto da Bahia, para onde seguia toda a produção açucareira, via São João da Barra. Isto fez crescer a entrada e saída de embarcações em nosso porto, com isso iniciando um pequeno desenvolvimento urbanístico na vila, que passa a contar com um maior contingente populacional (RIBEIRO, 2010).

A vila cresce e é elevada a cidade por decreto do Imperador D. Pedro II em 1847. Com isso São João da Barra alcança o seu apogeu com diversos empreendimentos e, com o auxílio do imperador, a Santa Casa de Misericórdia; a Usina Barcelos, propriedade do barão de mesmo nome; duas Companhias de

² O mineroduto com 525 km de extensão, que atravessa 32 municípios mineiros e fluminenses, faz parte do Sistema Minas-Rio e ligará a mina e unidade de beneficiamento de minério de ferro da Anglo Ferrous Brazil, em Minas Gerais, ao Porto do Açú, no Rio de Janeiro. O maior investimento mundial da mineradora Anglo American atualmente – US\$ 3,6 bilhões - está localizado no Brasil (METÁLICA, 2013)

Navegação; uma Companhia Agrícola; uma Companhia de Cabotagem. Mas no início do século XX, após a venda da Companhia de Navegação, e com a abertura da navegação de cabotagem a navios estrangeiros, São João da Barra conheceu a ruína que só não foi total pelo surgimento da Indústria de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho (RIBEIRO, 2010).

Verifica-se dessa forma que, a construção do empreendimento, embora divida opiniões, reflete para uma parcela da população a possibilidade de retomada do desenvolvimento para o município de São João da Barra. O qual durante quase um século, contou com a atividade econômica da empresa de conhaque, do pequeno comércio, da pesca e da agricultura além das receitas oriundas dos royalties do petróleo que é extraído na bacia de Campos. Fontes de renda que tem oferecido um índice de qualidade de vida para o cidadão sanjoanense aquém do desejado. Assim a construção do CIPA no município representa a possibilidade de uma retomada do crescimento e, conseqüentemente, uma melhoria da qualidade de vida para a população local. Portanto, embora traga prejuízos para alguns indivíduos, o resultado em termos de desenvolvimento para a população justifica esses prejuízos, segundo os defensores da construção do empreendimento. Justificativas estas que têm sido ressaltadas sejam através da propaganda na TV, na qual se ressalta a maior oferta em relação à quantidade e qualidade de emprego e a melhoria da qualidade de vida da população local, seja nos discursos dos governantes e empresários envolvidos na construção desse empreendimento.

2.2 CIPA a Maior Obra Portuária das Américas

O empreendimento, denominado por seu idealizador de "Superporto do Açú", que poderá receber navios de grande porte, como Chinamax, Capesize e VLCC, está localizado próximo às principais bacias petrolíferas brasileiras, fato que o consolida como importante polo de apoio para a indústria de petróleo e gás. O início das operações está previsto para o começo de 2013, com expectativa de movimentação de até 350 milhões de toneladas por ano entre exportações e importações, com destaque para o petróleo (EBX, 2013).

O CIPA está sendo construído na perspectiva de ser a maior obra industrial portuária das Américas. Para tanto, sua planta prevê a construção de um terminal portuário privativo de uso misto com estrutura *offshore* para atracação de produtos

como minério de ferro, granéis sólidos e líquidos, cargas em geral e produtos siderúrgicos. Faz parte ainda dos planos um condomínio industrial com plantas de pelotização, indústrias cimenteiras, um polo metalmeccânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadora de automóveis, pátios de armazenagem, inclusive para gás natural, *cluster* para processamento de rochas ornamentais e usinas termoelétricas, conforme figura 2 divulgada no *site* da empresa. Ainda segundo informações do site da LLX, a empresa possui um plano de gestão integrada do território, além de desenvolver vários projetos visando integrar a população ao empreendimento.



Figura 2: Parque Industrial do Açúcar.
Fonte: Site da empresa LLX (2013).

2.2.1 Benefícios para o Território

A empresa LLX relata em seu site que possui um projeto de Gestão Integrada de Território, um modelo participativo que envolve poder público, empresas, organizações da sociedade civil, instituições de educação e lideranças regionais na construção de soluções sustentáveis para o desenvolvimento do município. Além de apresentar vários projetos sociais nos municípios de Campos e São João da Barra, que a empresa estaria desenvolvendo com o objetivo de ir além da geração de empregos e do aumento da renda familiar e assim fortalecer o capital social e humano. “No seminário realizado na UENF em dezembro de 2010, pela iniciativa do

professor Hamilton Garcia, coordenador do Observatório de Controle Social o representante da EBX apresentou a proposta de Gestão Integrada do Território” (QUINTO JÚNIOR et al, 2011, p. 93).

2.2.2 Um Empreendimento para Acelerar o Crescimento Econômico

O CIPA é um empreendimento privado do empresário Eike Batista, que está inserido no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC³, o que o caracteriza como uma parceria entre público e privado, e é defendido pelo governo federal como uma necessidade logística para o crescimento do país. Contudo, o empreendimento, um projeto do *Grupo EBX*⁴ que conta com o apoio de organizações estatais, provoca uma mudança no território que privilegia a grande empresa em detrimento do pequeno produtor rural, conforme explicita o relatório da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB.

O empreendimento é marcado pela crescente presença de grandes empresas nacionais e transnacionais, com forte apoio institucional e financeiro estatal, articulado nas diferentes esferas de governo e com as principais organizações empresariais atuantes no estado, com destaque para a Firjan (AGB, 2011).

O Estado privilegiou a empresa ao garantir a terra necessária para o Grupo EBX instalar o CIPA, e nessa interferência mostrou seu domínio ao emitir quatro decretos para expropriar terras "no interesse público". O que, na opinião de moradores e estudiosos do território, foi uma decisão arbitrária que não levou em consideração a quantidade de famílias que seriam impactadas (o número total varia de 750 a 1.500 famílias), que vivem na região e se ocupam principalmente da pequena agricultura e da pesca e que têm apego emocional a esse território em que estão vinculados por laços de família e experiência produtiva. Como resultado, a maioria dos agricultores não aceitou vender suas terras para serem reassentados em outro lugar. Contudo, mesmo ferindo a Constituição Brasileira de 1988, que estabelece uma série de salvaguardas contra a desapropriação de terras produtivas,

³ Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

⁴ Grupo de empresas controlada pelo empresário brasileiro Eike Batista.

o governo do Estado do Rio de Janeiro privilegiou a grande empresa em detrimento dos produtores rurais (PEDLOWISKI; ALVARENGA, 2013). Decisões que causam impactos sociais que tendem a refletir na economia local.

2.3 Impactos Socioeconômicos

As desapropriações de terras irão impactar não só no modo de vida das pessoas como também a economia local, devido a transformações na atividade produtiva local, uma vez que a área desapropriada está localizada no 5º distrito de São João da Barra que é basicamente ocupada por pequenos agricultores.

Além das desapropriações, os impactos econômicos tendem a se agravar devido aos aterros que foram feitos com a areia retirada do mar para a construção de um canal do porto. Pois, de acordo com denúncias dos produtores rurais, esse processo de aterro provocou a salinização do solo, fato que segundo os agricultores e publicação da mídia local, provocou a condenação de plantações inteiras, conforme figura 3.



Figura 3: Plantação danificada pela salinização do solo.

Fonte: Madalozomarketing (2013).

Assim, as obras do CIPA evidenciam mudanças na paisagem, conforme figura 4, de forma implacável e sem a menor possibilidade de retorno às bases

anteriores, causam prejuízos econômicos para os produtores rurais e geram expectativas de melhoria de vida para a população.



Figura 4: Mudança provocada na paisagem do território com a construção do CIPA
Fonte: Sítio da Empresa LLX (2013).

Dessa forma, as mudanças que se justificavam devido ao desenvolvimento que proporcionaria ao local, têm gerado um ambiente de conflito para a população que tem manifestado sua insatisfação. A população local queixa-se da forma autoritária com que têm sido realizadas as desapropriações no território e também da falta de informações em relação às decisões que impactam suas vidas. A população acusa ainda o poder público de atuar em benefício do empreendimento em detrimento da localidade. Uma insatisfação que tem sido materializada em protestos e ações judiciais além de muitas discussões entre pesquisadores econômicos e sociais (PEDLOWISK; ALVARENGA, 2013).

2.4 Um Empreendimento que Provoca Mudanças Institucionais

As desapropriações foram uma surpresa para a população, a qual inicialmente era a favor da instalação do empreendimento no território, mesmo tendo consciência dos transtornos que este geraria em suas vidas. No entanto, essa população não contava que seria retirada de suas propriedades. Fato que provocou surpresa e medo, pois não houve uma ampla negociação ou conscientização da

população sobre os motivos pelos quais as terras seriam desapropriadas e nem das regras para sua desocupação.

Assim, diante de um contexto de desamparo legal, muito proprietários entregaram suas terras que durante gerações foram cultivada pelas suas famílias, pois se sentiam vergonhados diante de uma grande empresa, viaturas de polícia e outras autoridades públicas. Essa população, que acreditava deter o direito de suas terras se viu, de um dia para outro, sem casa e sem terra para produzir. E em alguns casos assistiram suas casas sendo demolidas com todos os seus pertences, e o local, onde produziam há anos cedendo espaço para uma placa com um aviso "Distrito Industrial de São João da Barra" (ALVARENGA; PEDLOWISK, 2013).

Esta situação exigiu mudança nos hábitos dessa população proporcionando a criação da Associação de Produtores Rurais e Imóveis de São João da Barra - ASPRIM. Pois a população que sofre o processo de desapropriação, na grande maioria, possui uma formação muito fraca, sendo que algumas dessas pessoas mal sabem escrever o nome. Uma população de trabalhadores com sabedoria para lidar com a terra e que tiveram que mudar suas rotinas que agora inclui a presença em reuniões para juntos decidirem como enfrentar esse clima de guerra e de insegurança. Pois para essa população esse empreendimento que destrói casas e laços sociais das famílias desapropriadas, arranca árvores que necessitaram de décadas e até séculos para atingir o estágio em que se encontram, trata-se de um empreendimento que piora a qualidade de vida das pessoas, além de causar a sensação de insegurança para a população do território.

Uma insegurança que as instituições existentes não foram capazes de evitar. A explicação para a falha das instituições, como, por exemplo, as audiências públicas, segundo Pedlowisk e Alvarenga (2013), está na definição de horário e local para a realização dessas audiências. Pois os organizadores não teriam levado em consideração nessa definição, as especificidades do local. Os autores argumentam que nenhuma dessas audiências foi realizada no 5º distrito, local em que vivem as famílias que tiveram suas terras desapropriadas, e que está localizada distante da sede do município onde as audiências foram realizadas (PEDLOWISK; ALVARENGA, 2013).

Observa-se, assim, um desencontro entre o que os idealizadores do empreendimento se propõem e o que se efetiva no território o qual, segundo Ribeiro et al (2011), está na falta de entendimento dos atores públicos locais sobre o papel do município de São João da Barra no contexto desse grande empreendimento,

Este grande projeto é visto como uma importante estratégia de desenvolvimento para o País e para o Estado do Rio de Janeiro, entretanto, o município ainda não entendeu o seu papel nesse contexto. A classe política ainda não percebeu o quanto precisa negociar e se preparar para poder dar conta dos impactos do empreendimento (RIBEIRO et al., 2011).

Tal constatação evidencia a preocupação por uma parcela da população com a forma como a implantação do empreendimento está sendo conduzida no território pelas autoridades públicas. Fato que tem levado pesquisadores a se mobilizarem na discussão de alternativas para o território.

2.5 A Gestão do Território

Observa-se no território um movimento por parte de diversos grupos de pesquisa com calorosas discussões sobre a necessidade de se pensar em um modelo alternativo de desenvolvimento para o território. Tais discussões são motivadas por dois focos: 1) a dependência do território em relação a receitas oriundas dos royalties do petróleo, conforme ilustra o gráfico 1; e 2) os desafios que os gestores públicos locais enfrentam para transformar os investimentos exógenos privados direcionados para a região em desenvolvimento para a população local.

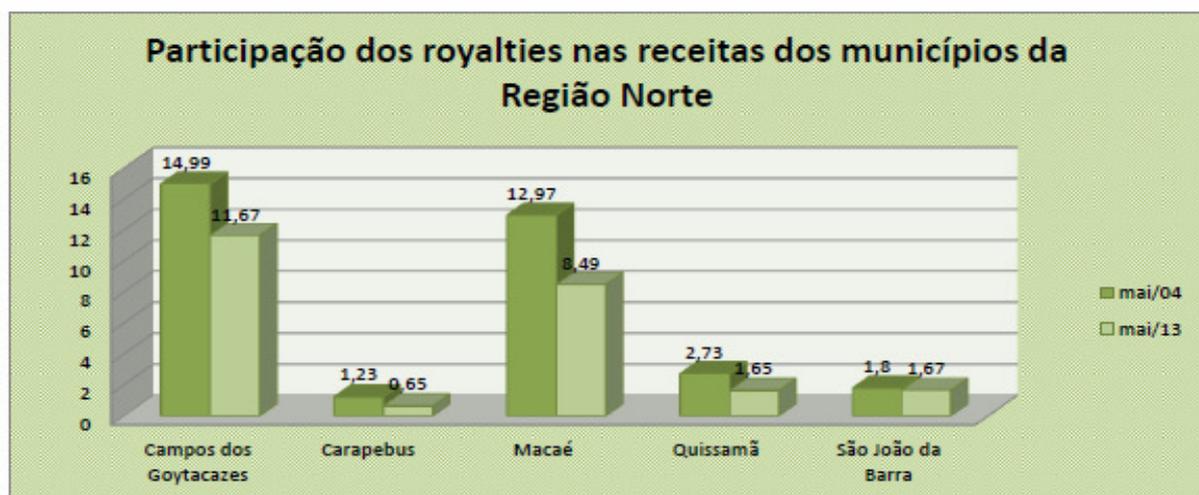


Gráfico 1: Participação das receitas royalties nos municípios da Região Norte Fluminense.
Fonte: Economianortefluminense (2013).

Tais discussões proporcionaram a realização de dois debates no mês de abril de 2013, no município de Campos. Um ocorreu na FUNDECAN por iniciativa de seu presidente, o qual promoveu um encontro entre o conselho da instituição e o economista Alcimar Chagas, e o segundo, na UENF. Este último propôs uma reflexão sobre o tema "Da Riqueza ao Desenvolvimento Sustentável", proporcionando uma mesa redonda entre os economistas, Ranulfo Vidigal (UFRJ) e Roberto Rosendo (UFF) e Alcimar Chagas, moderada pela professora Jacqueline Cortes da UENF (ECONOMIANORTEFLUMINENSE, 2013). O resultado desses dois movimentos pode ser resumido na conclusão dos economistas sobre a necessidade de se pensar alternativas de modelos de desenvolvimento, visto que o modelo consolidado mostra sinais de ineficiência para gerar o desenvolvimento no longo prazo.

A conclusão dos economistas é que os desafios da gestão do território podem ser resumidos em: ausência de um estoque de capital social; importância do governo, da política e do planejamento; fortalecimento relacional entre governo e academia; planejamento de ações endógenas voltadas para o desenvolvimento econômico, considerando as vantagens comparativas regionais. Os economistas concluem: a solução passa pelo fortalecimento das instituições locais.

Fortalecer as instituições locais se faz necessário, pois, conforme Ribeiro (2011), aspectos relevantes para o desenvolvimento, como participação da população, engajamento social, ação conjunta entre as empresas e interação entre a população e o novo empreendimento, estão ausentes no território (RIBEIRO et al., 2011).

Tais discussões são motivadas devido à preocupação de que as consequências que esse modelo de crescimento que está sendo implantado na região produza no território os mesmos impactos negativos que ocorre no Município de Macaé – RJ. Ou seja, para esses pesquisadores a falta de uma coordenação do crescimento, pode levar no longo prazo, à proliferação de comunidades sem-terra e favelização (bolsões populacionais) (RIBEIRO et al 2011). E, nesse caso, ocorreria um fenômeno contraditório no território, onde os investimentos direcionados para a região promoveriam o crescimento econômico e queda na qualidade de vida da população, conforme ocorre com o município de Macaé- RJ. Conforme constata-se,

Depois de três anos de fortes investimentos a conjuntura atual não responde compativelmente ao ingresso de recursos divulgado. As críticas seguem em direção a falta de integração entre o complexo portuário e a economia local, a falta de competência do governo em articular tal interação, a internacionalização das oportunidades geradas por empresas e trabalhadores de fora, a pressão de demanda por serviços sociais na fragilizada estrutura social existente e um forte processo de especulação imobiliária atuando, principalmente, sobre os nativos RIBEIRO et al, (2011).

2.6 Características Econômicas do Território

O município de Campos de Goytacazes, segundo dados do IBGE, está a aproximadamente 280 km da capital do estado e possui uma área de 4.037 km² (IBEGE, 2013). A atividade econômica de Campos com maior contribuição para a composição do PIB é a petrolífera, a qual gera royalties, porém deixa uma preocupação quanto à dependência do município a essa receita que é gerada fora do território (RIBEIRO, 2010). A agropecuária é outra atividade que também gera preocupações, devido a sua importância social para o município e os baixos investimentos nessa atividade.

CARACTERÍSTICAS POPULACIONAIS DO TERRITÓRIO		
	Campos dos Goytacazes	São João da Barra
População	468.087	33.136
PIB	19,6 bilhões	2.0 bilhões
Renda per capita	45.117,32	66.656,96
População rural	45.006	7.057

Quadro 1: Características da população do território

Fonte: Elaboração própria

A atividade agropecuária do município de Campos dos Goytacazes o coloca como o maior produtor estadual de cana, com 43,9% da área plantada em todo o estado e 56,3% da produção, destaca-se ainda como 3º maior produtor de mandioca, 4º, de abacaxi e 6º, de milho no estado. Possui também os maiores

rebanhos de bovinos e ovinos, o 2º maior, de suínos, e o 7º, de caprinos. É ainda onde mais se extrai lenha e madeira no estado do Rio de Janeiro (AGB, 2011).

Contudo a atividade agropecuária contribuía em 2007 com apenas 0,43% para a riqueza de Campos, um indicativo da necessidade de investimentos na área, visto que a importância da atividade para o emprego é significativa, pois os elos agrícola e industrial da indústria sucroalcooleira absorviam mais de 10 000 trabalhadores do município em 2009 (RIBEIRO, 2009).

Produção Agrícola de 2012			
	Campos dos Goytacazes	São João da Barra	Estado RJ
Abacaxi	R\$1.240.000	R\$ 11.500.000	113.093 tonelada
Cana de açúcar	R\$87.888.000	R\$ 5.928	5.805.313 tonelada
Mandioca	R\$1.792.000	R\$ 249.00	302.013 tonelada
Milho (1ª safra)	R\$50.000		14.970 tonelada

Quadro 2: Principais Produtos agrícola do território da produção de 2012

Fonte: Elaboração própria

2.6.1 O Município de São João da Barra

São João da Barra localiza-se a 300 km da capital do Rio de Janeiro em uma área de 459 km². Segundo o censo do IBGE de 2010, o município contabiliza uma população de 32.747 habitantes e um PIB de R\$ 3.484.707,00.

O município possui característica predominante agrícola, sendo as áreas rurais dos cinco Distritos de SJB, local onde está sendo construído o CIPA, composta por *"pequenos proprietários rurais com produções de abacaxi, quiabo, maxixe e pequenos rebanhos de gado, [...] um mosaico de comunidades rurais, pescadores artesanais, agricultores familiares, posseiros e pequenos comerciantes"*. (AGB, 2011) A atividade agrícola, além de sua importância na agricultura de subsistência, possui também relevância para a economia do estado, pois coloca o

município em segundo lugar na produção de abacaxi do estado do Rio de Janeiro e o primeiro de maxixe (AGB, 2011).

2.6.2 Indicadores do emprego formal no território

Observa-se que no período compreendido entre os anos 2005 a 2011, constata-se que a evolução do saldo do emprego formal no território, fica muito abaixo dos 15.900 postos de trabalho prometidos pelos idealizadores do empreendimento, conforme quadro3.

	Campos dos Goytacazes	São João da Barra
2005	1.062	213
2006	2.341	21
2007	-2.590	164
2008	1.989	728
2009	-183	239
2010	3.239	257
2011	4.171	1.075

Quadro 3: Saldo do emprego formal no território no período 2005 a 2011

Fonte: Economianortefluminense (2013).

A ocupação em destaque com maior saldo de emprego em São João da Barra revela que a diferença entre o salário de admissão em 2005 em comparação com o salário mínimo oficial, 1,28, esta diferença apresenta queda nos dois anos seguintes, e no ano de 2008 se recupera indo para 1,32, nos dois anos seguintes volta a cair e volta a recuperar em 2011 alcançando o valor de 1,42.

Ocupação em destaque com o maior saldo de emprego em SJB				
		S/A	S/M	
2005	Gari	R\$ 386,94	R\$ 300,00	1,28898
2006	Gari	R\$ 361,53	R\$ 350,00	1,03290
2007	Serv. Obras	R\$ 452,62	R\$ 380,00	1,19110
2008	Serv. Obras	R\$ 548,17	R\$ 415,00	1,32080
2009	Serv. Obras	R\$ 581,75	R\$ 465,00	1,25100
2010	Serv. Obras	R\$ 646,71	R\$ 510,00	1,26800
2011	Serv. Obras	R\$ 774,11	R\$ 545,00	1,42000

Quadro 4: Ocupação em destaque com o maior saldo de emprego em SJB.

Fonte: Economianorte fluminense (2013).

Contudo ao verificar o resultado dos 6 anos observa-se que os investimentos direcionados na região não foi capaz de provocar a melhoria salarial, pois o resultado final apresenta uma queda de 0,254 entre o salário de admissão dessa classe profissional e o salário mínimo oficial, conforme observado no gráfico

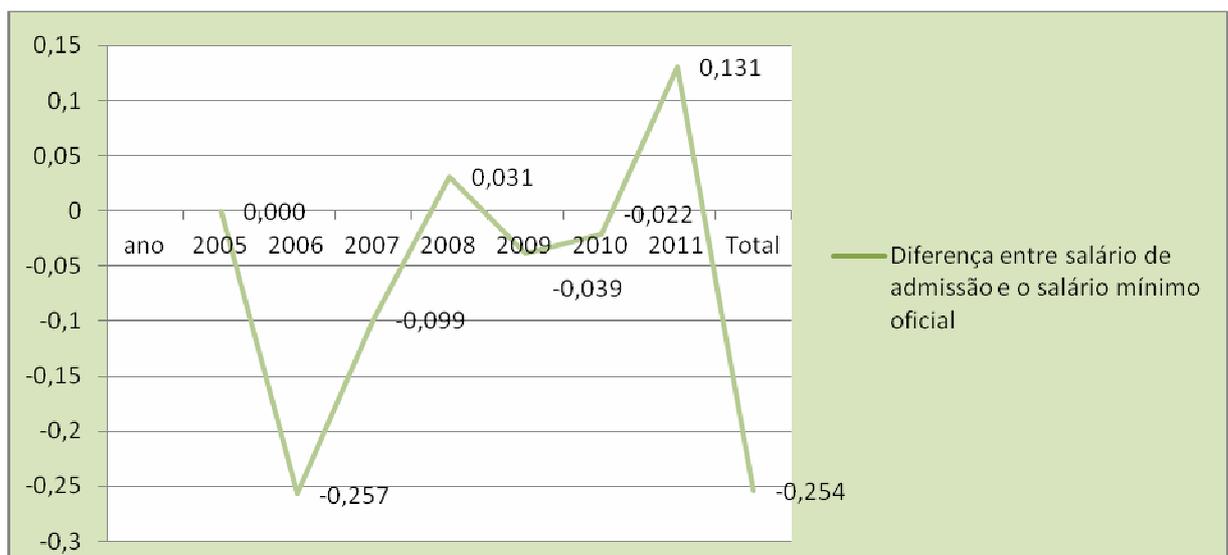


Gráfico 2: Comparação da diferença do salário de admissão da ocupação em destaque com o maior saldo de emprego em SJB e o salário mínimo oficial.

Fonte: Elaboração própria

A dinâmica do emprego no comércio em São João da Barra revela que desde o início das obras do porto em 2007 até o ano de 2011, o setor contrata menos profissionais anualmente, conforme o gráfico 3.



Gráfico 3: Dinâmica do emprego no comércio local em SJB.

Fonte: Economianortefluminense.

Analisando ainda outros indicadores do território no período de 2007 a 2011, observa-se que, o valor adicionado, população, valor adicionado per capita e pessoal ocupado evoluíram enquanto que o salário médio, gasto com saúde e agricultura diminuíram, conforme quadro 5.

Indicadores	Campos dos Goytacazes		São João da Barra	
	2007	2011	2007	2011
Valor Adicionado (R\$ mil)	6.215.887,00	11.732.348,	515.678	963.609
População (residentes)	426.154	468.086	28.889	33.136
Valor Adicionado per capita	14.586,01	25.064,5	17.850,3	29.080,4
Pessoal ocupado (pessoas)	105.897	106.196	4.601	8.762
Salário Médio Mensal (S. M.)	2,3	2,5	3	2,2
% Gasto Saúde /Rec Cor.	20,2	23,0	22,0	13,7
% Gasto Educação/Rec Cor.	10,4	13,4	15,6	10,3
% Gasto Saneamento/Rec Cor.	3,1	0,3	0,1	0
% Gasto C&T/Rec Cor.	0	0	0	0
% Gasto Agricultura/Rec Cor.	0,6	0,3	2,3	0,7

Quadro 5: Indicadores socioeconômicos do território.

Fonte: Economianortefluminense.

A caracterização do território permite observar que este possui fortes características agrícola. Permite também concluir que as mudanças que os investimentos exógenos direcionados para a infra estrutura portuária que está sendo construída configura-se em uma mudança de sua base produtiva. Assim o presente estudo se utilizará da metodologia do estudo de caso para verificar como que essa mudança está sendo coordenada por parte dos agentes econômicos locais.

CAPÍTULO III

3 METODOLOGIA

Este capítulo é dedicado aos procedimentos metodológicos que foram empregados para analisar o território que sofre influencia direta do Complexo Industrial Portuário do Açú. Primeiramente, discorro sobre a natureza da pesquisa, participantes e as técnicas de coleta de dados. Em seguida, relato o percurso metodológico e os procedimentos da pesquisa de campo e seleção da amostra, além de analisar algumas dificuldades encontradas no processo de pesquisa. Na sequência, discuto os procedimentos de análise. Por fim, faço uma breve reflexão sobre algumas limitações encontradas na pesquisa.

3.1 Natureza da Pesquisa

Esse trabalho, do ponto de vista da sua natureza, é considerado uma pesquisa aplicada, pois *“tem como motivação básica a solução de problemas concretos, práticos e operacionais [...] também chamada de pesquisa empírica, pois o pesquisador precisa ir a campo, conversar com pessoas, presenciar relações sociais”* (ZANELLA, 2009, P. 72). Na pesquisa aplicada, *“[...] o pesquisador é estimulado pela necessidade de contribuir para fins práticos quase que imediatos, buscando soluções para problemas concretos”* (CERVO; 2002, p. 65).

Além disso, tem um cunho exploratório, uma vez que provoca a emergência de vários aspectos relativos ao fato em estudo, seja por meio de levantamento bibliográfico, que mapeia abordagens convergentes que têm proliferado sobre o tema, seja por meio de entrevistas com os atores responsáveis pelas organizações que compõem o arranjo institucional do território. Assim, o delineamento e as técnicas utilizadas, apresentadas a seguir, visam assegurar que a pesquisa atinja seu objetivo (GIL, 2002).

O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, o qual é indicado para pesquisa qualitativa, particularmente quando se trata de um fenômeno contemporâneo, sobre o qual o pesquisador não possui controle, o que se adéqua ao problema proposto. Esse método, segundo Becker (1999), tem se tornando uma das principais modalidades de análise das ciências sociais, sendo viável para o estudo de um único indivíduo, uma organização ou uma comunidade. O estudo de

caso permite ainda ao pesquisador, desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais (BECKER, 1999). Para a descrição do caso e compreensão do problema foram coletados dados da população por meio de entrevistas junto aos atores do arranjo institucional do território.

3.2 Participantes

A princípio, foram convidados a participar da pesquisa doze entrevistados de onze organizações diferentes. Estas estão subdivididas em organizações de ensino e pesquisa, apoio financeiro e tecnológico, entidades de classe, setor público e setor privado.

O critério utilizado para a escolha das organizações foi a relevância destas enquanto agentes decisores cujas decisões interferem de alguma forma no resultado econômico do território. A opção por incluir como representante do setor privado a empresa LLX se deve ao fato de que todo o processo de mudança que ocorre na região é por influência direta dessa organização. Assim mesmo entendendo que em algumas decisões outros atores, os quais não foram citados, têm papel relevante, assim como alguns desses atores citados pode não possuir importância em algumas decisões, devido a questões como tempo e propósito do presente estudo, adota-se, que o conjunto de organizações, discriminado a seguir, forma a estrutura de governança do território em análise.

São elas: 1) Ensino: Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF, representada por dois informantes, o reitor e um pesquisador ; 2) Apoio Financeiro e tecnológico: Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – FUNDECAN, representada pelo presidente da instituição; Fundação Estadual Norte Fluminense – FENORTE, representada por seu presidente; Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, representada pelo gerente regional de Campos de Goytacazes; e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, representada pelo gerente da unidade de Campos; 3) Entidades de Classe: Associação Comercial e Industrial de Campos – ACIC, representada pelo presidente; Associação dos Produtores Rurais e Imóveis - ASPRIM, representada por uma associada; Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes-SRCG, representada pelo seu presidente e Sindicato Rural de São João da Barra – SRSJB, também representada por seu presidente; 4) Setor público: Secretaria Municipal de

agricultura de São João da Barra – SMASJB, representada pelo secretário municipal; 5) Setor privado: Empresa LLX – Representada pelo gerente de sustentabilidade da empresa.

A opção por fazer a entrevista com dois informantes da UENF ocorreu pelo fato de que se optou, em um primeiro momento, por entrevistar o representante com cargo hierárquico maior de cada organização, mas a pedido do representante dessa instituição, devido ao fato de o responsável pela Agência de Inovação da universidade ser a pessoa mais indicada para fornecer informações a respeito da interação entre universidade e sociedade, decidiu-se por ouvir também este informante, contudo este não teve disponibilidade de nos atender. No caso de ouvir um pesquisador social, a decisão partiu da pesquisadora diante da dificuldade de acesso a informações relevantes para a compreensão do contexto atual, como esse pesquisador já possui um trabalho de pesquisa abordando o tema desde 2008, esperava-se que ele pudesse fornecer informações valiosas para pesquisa. O que de fato se efetivou. Além de demonstrar conhecimento dos fatos, aquele pesquisador mantém bom relacionamento com os representantes da ASPRIM, o que tornou possível chegar até uma associada dessa associação.

3.3 Coleta de dados

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista, a qual possibilita, por meio de relatos verbais dos participantes, a obtenção de informações de amplo espectro, direta ou indiretamente ligadas ao tema em estudo, ampliando sobre determinados aspectos o caráter exploratório da pesquisa. Outra vantagem da entrevista é oferecer um contato direto entre entrevistador e entrevistado, o que possibilita uma melhor comunicação, uma vez que no contato face a face, desde que precedido pelo devido *rapport*, o pesquisador pode corrigir enganos do entrevistado e vice-versa. Assim, embora a entrevista tome maior tempo do entrevistador, essa técnica, na maioria dos casos, representa uma melhor amostra da população, uma vez que as pessoas normalmente gostam de falar com aqueles que se mostram interessados por seus problemas (SELLTIZ et al., 1987; YIN, 2005).

Com o objetivo de se obter respostas ao problema de pesquisa optou-se pela estratégia de utilizar mais de uma questão e perguntas abertas, usadas para questões que solicitam razões e explicações (CERVO, 1983).

3.4 Percurso Metodológico

A pesquisa bibliográfica foi utilizada como procedimento inicial com a finalidade de levantar os conceitos mais atuais sobre o tema em estudo. Em seguida, foram selecionados os tópicos norteadores da pesquisa o que permitiu a elaboração das perguntas do roteiro de entrevista para a pesquisa de campo. Esta foi realizada com os atores pertencentes ao arranjo institucional do território. De acordo com o objetivo geral do trabalho, pretendeu-se investigar a constituição da aglomeração produtiva do complexo portuário do Açú e verificar as reais possibilidades de inserção do território no processo de geração de riquezas, por meio da análise institucional. E, para alcançar o objetivo geral, foram propostos três objetivos específicos, conforme apresentado no quadro 6.

<p>Objetivo Geral:</p> <p>Desenvolver um referencial literário que permita a compreensão de um arranjo institucional, ou estrutura de governança, com enfoque na gestão territorial e observar se o território em análise apresenta semelhanças com o arranjo institucional teórico.</p>	<p>Objetivo Específico 1</p> <p>Verificar se o território em análise apresenta semelhanças com o arranjo institucional teórico.</p>
	<p>Objetivo Específico 2</p> <p>Identificar o processo de interação entre as organizações no processo de governança do território.</p>
	<p>Objetivo Específico 3</p> <p>Verificar se os atores do território consideram os princípios que sustentam a ação coletiva.</p>

Quadro 6: Objetivos do trabalho.

Fonte: Elaboração própria (2013).

Para compreender o processo de governança territorial e verificar como ocorre o processo de interação entre as organizações que compõe o arranjo foram estabelecidos três objetivos.

Para alcançar o objetivo específico um, foi proposto aos atores uma questão visando identificar os princípios da economia institucional, contidos no quadro 7.

NORTH, 1990.	As instituições são desenvolvidas a partir de atitudes dos indivíduos, logo, elas não são simplesmente copiadas. Tanto a criação como a mudança institucional deve ocorrer a partir de um processo de negociação entre os indivíduos.
FARINA et al., 1997.	A capacidade de resposta de um sistema é determinada pelas instituições e organizações existentes.
WILLIAMSON, 2000.	Para assegurar o desenvolvimento se faz necessário um arranjo institucional para governar as maneiras pelas quais as unidades econômicas podem cooperar e/ou competir.
VALLE et al., 2002.	As microinstituições correspondem aos arranjos institucionais ou estruturas de governança, arquitetadas para coordenar e regular as transações efetuadas pelos agentes econômicos.
BUENO, 2004.	Promover a cooperação voluntária entre os indivíduos requer o desenvolvimento de mecanismos específicos.
ZERBIELLI; WAQUIL, 2006.	O ambiente econômico local depende de capacidades competitivas para atuar no contexto de novas regras de concorrência.
OSTROM, 2007b.	A estrutura de governança territorial não é imposta, deve surgir da interação múltipla de governo e outros atores.
DALLABRIDA, 2007.	A estrutura de governança territorial é possível mediante o entendimento de gestão de assuntos públicos a partir da cooperação entre atores sociais, econômicos e institucionais.
MONDELLI; ZYLBERSZTANJ; 2008.	A adaptação nem sempre é autônoma e pode depender de um realinhamento dos mecanismos de coordenação.
SATOLANI et al., 2008.	A responsabilidade pela adaptação dos agentes econômicos cabe ao ambiente organizacional.
SALLES, 2011.	O processo de desenvolvimento econômico relaciona-se à interdependência entre instituições, mudança institucional e arranjos institucionais que são construídos para engendrar esse processo de mudança.
BESSA, 2013.	“Governança” é definida como os arranjos que permitem estruturar a ação coletiva. As atividades desenvolvidas são apoiadas em objetivos comuns partilhados entre os atores.

Quadro 7: Princípios da economia institucional.

Fonte: Elaboração própria (2013).

Visando atingir o objetivo dois, foi elaborada uma segunda questão motivada pelos princípios que norteiam a articulação da ação coletiva, constantes do quadro 8.

SABOURIN, 2001.	A ação coletiva não é um fenômeno natural, exige o desenvolvimento de normas.
LELOUP et al., 2004.	O termo governança adquire mais evidência com a necessidade de coordenação multi-atores.
MELO JÚNIOR, 2007.	A construção da ação coletiva exige uma estratégia articulada e coordenada pelos diversos grupos interessados.
GOMES et al., 2008.	Grande parte dos integrantes de grupos de interesses não irá promover objetivos comuns por livre vontade.
MELO JÚNIOR, 2007.	Os líderes seriam os únicos e verdadeiros guias, responsáveis pelas mobilizações populares e pelas ações coletivas.
GOMES et al., 2008.	A ação coletiva é sustentada pelo princípio da solidariedade e da cooperação.
ESTEVE, 2009.	Governança territorial trata-se de um novo paradigma baseado em um modelo de interação entre os agentes econômicos, sociais e políticos.
BUENO, 2011.	As relações sociais evitam os problemas de ação coletiva, os quais impedem cooperação voluntária.
GOMES et al., 2012.	É preciso haver relações sociais que tornem possível a ação coletiva.

Quadro 8: Princípios que norteiam a ação coletiva.

Fonte: Própria (2013).

O objetivo específico 3 norteou a elaboração da terceira questão balizada pelos fundamentos, conforme quadro 9, que sustentam que o capital social presente no território influencia na decisão do indivíduo em agir cooperativamente.

NORTH, 1990.	Reputação e confiança acabam se mostrando técnicas para estimular a cooperação voluntária.
OSTROM, 2007b.	Os sistemas socioeconômicos exigem arranjos institucionais nos quais as relações de confiança pessoais sejam capazes de desenvolver garantias.
CONCEIÇÃO, 2008.	Cabe ao Estado um papel destacado na geração de capital social.
DALLABRIDA, 2007.	A estrutura de governança territorial é possível mediante o entendimento de gestão de assuntos públicos a partir da cooperação entre atores sociais, econômicos e institucionais.
PUTNAM, 1985, p. 177, apud ATHAYDE, 2009.	O desempenho das instituições sociais depende da forma como os atores confiam uns nos outros e da forma pelas quais os dilemas possam ser mais bem superados nas comunidades cooperativas.
ATHAYDE; RIBEIRO, 2011.	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais.
GOMES, et al., 2008.	As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.
GOMES, 2011.	Quanto mais extensas forem as redes de relações pessoais que se estabelecem entre as pessoas envolvidas nesses empreendimentos, menor o estímulo ao oportunismo.

Quadro 9: Princípios que fundamentam o capital social.

Fonte: Elaboração própria (2013).

Uma vez definido os objetivos e as questões teóricas norteadoras da pesquisa chegou-se o momento de planejar a pesquisa de campo.

3.5 Pesquisa de Campo e Seleção da Amostra

A pesquisa de campo foi desenvolvida em quatro etapas. A primeira consistiu no desenvolvimento de um roteiro, em anexo, de perguntas abertas para ser utilizado nas entrevistas com o objetivo de identificar como ocorre o processo de articulação intra-arranjo institucional e entre este e a sociedade, bem como checar se o arranjo busca fortalecer as relações sociais.

O roteiro é iniciado com uma introdução, na qual se esclarece a motivação e objetivo da pesquisa e se apresenta ao entrevistado as premissas do estudo. Ou seja, é um momento de esclarecimento recíproco no qual a pesquisadora comenta os vultosos investimentos exógenos direcionados à infraestrutura portuária da Região Norte Fluminense e seus impactos sobre a configuração produtiva local, exigindo uma rápida adaptação da população local como condição para que estes

investimentos se traduzam em desenvolvimento, o que não ocorrerá autonomamente. E esclarece também que, diante dessa premissa, o intuito da presente pesquisa é obter informações que possibilitem verificar se o território em análise apresenta semelhanças com o arranjo institucional teórico.

Assim o roteiro foi elaborado com o objetivo de integrar da forma mais esclarecida possível e não delimitar o entrevistado. Além da introdução, foram formuladas três perguntas buscando atender aos objetivos específicos da pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na seleção da amostra da população a ser pesquisada por meio de um levantamento de dados secundários junto à Pró-reitoria de Extensão da UENF. A qual permitiu a seleção de vinte e duas instituições de interesse no problema em questão, as quais representam os seguintes grupos: instituições de ensino; apoio tecnológico e financeiro; entidades de classe; setor público; e setor privado, selecionadas intencionalmente a partir da sua condição de pertencentes ao arranjo institucional do território, conforme quadro 9. Após contatos com os representantes das organizações e devido a algumas dificuldades encontradas para a realização das entrevistas, como estipulado no item 4.5.1, efetivamente participaram da pesquisa onze participantes de dez instituições, como estabelecido no item 4.2.

Grupo instituições de ensino	Instituto Federal Fluminense – IFF Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF Universidade Federal Fluminense – UFF
Apoio tecnológico e financeiro	Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro – FIRJAN Fundação Estadual Norte Fluminense – FENORTE Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional – FUNDENOR Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – FUNDECAM Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC
Entidades de classe	Associação Comercial e Empresarial de Campos – ACIC Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de São João da Barra – ACISA Associação dos Produtores Rurais e Imóveis - ASPRIM Colônia de Pescadores Z2 de Atafona- CPZ2 Clube dos Dirigentes Lojistas de Campos - CDL Clube dos Dirigentes Lojistas de São João da Barra – CDL Sindicato Rural de São João da Barra - SRSJB Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes – SRCG
Setor público	Secretaria Municipal de agricultura de São João da Barra – SMASJB Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Campos dos Goytacazes - SNAPC Secretaria Municipal de Pesca de São João da Barra – SMPSJB
Setor Privado	Empresa de logística do Grupo EBX- LLX

Quadro 10: Composição do arranjo institucional do território.

Fonte: Elaboração própria (2013).

Organizações e representantes da amostra da pesquisa	
UENF	1) Reitor 2) Pesquisador social
FUNDECAN	3) Presidente
FENORTE	4) Presidente
SEBRAE	5) Gerente regional de Campos de Goytacazes
SENAI	6) Gerente da unidade de Campos
ACIC	7) Presidente
ASPRIM	8) Associada
SRCG	9) Presidente
SRSJB	10) Presidente
SMASJB	11) Secretário Municipal de Agricultura

Quadro 11: Organizações e representantes da amostra da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

Não foi possível a participação do setor privado, representado pela empresa LLX, pois embora a mesma tenha designado três profissionais para responderem às entrevistas e os mesmos tenham recebido a pesquisadora em local e hora marcada nas dependências da empresa, não autorizaram a gravação da entrevista. Assim sendo, mesmo considerando que as informações obtidas de tais informantes eram muito importantes para a compreensão do problema, a pesquisadora considerou que utilizar tais informações fugiria a ética da pesquisa, uma vez que não foi autorizada a divulgação de tais fatos.

O terceiro passo do trabalho consistiu no contato com as instituições para o agendamento das entrevistas com os representantes de cada instituição. Nesta etapa, o contato foi feito pessoalmente pela pesquisadora, a qual coletou todas as informações necessárias, ao mesmo tempo em que construía a rede de relacionamento para a pesquisa, cuidado particularmente importante na abordagem qualitativa, para a qual a coleta de dados não é meramente um momento burocrático da pesquisa, mas constitui mesmo o seu ponto central. Em seguida, a pesquisadora

enviou a solicitação da entrevista por meio de e-mails. E, assim, no período de 06 de fevereiro a 10 de junho de 2013, iniciou-se a quarta etapa da pesquisa que consistiu na realização das entrevistas com os representantes das onze instituições participantes.

3.5.1 Desafios de Efetivação da Pesquisa

Houve alguns fatores que dificultaram a efetivação da quarta etapa. Foram questões externas, fora do controle da pesquisadora, tais como:

(1) Disponibilidade de tempo dos atores participantes. Agendar uma entrevista com esses atores não foi tarefa fácil, pois estes possuem uma agenda cheia. Uma vez agendada, nos casos em que foi necessário desmarcar a visita, um reagendamento não foi possível. Em se tratando do primeiro agendamento, houve situações em que o horário concedido não previa tempo suficiente para que fosse possível a pesquisadora estar no local no horário agendado.

(2) Dificuldade de acesso a esses atores. Em quase todas as organizações, falar com o seu representante requer primeiro falar com o responsável pela agenda deste, em algumas organizações a concessão de um horário exigiu quatro visitas, e em alguns casos foi impossível esse agendamento.

(3) Dificuldade de entendimento do objetivo da pesquisa. Embora os atores dissessem ter compreendido o objetivo da pesquisa e os termos abordados na entrevista, alguns informantes desviavam do assunto após o início da entrevista, fato que resultou na eliminação de partes consideráveis destas. Nesse desvio os atores justificavam as ações que estavam realizando naquele momento, ou no passado próximo, evidenciando fatos que demonstravam que estes possuem uma postura proativa, mas que, no entanto, não contribuíam para atingir o objetivo da entrevista.

Além disso, houve uma dificuldade de colaboração com a pesquisa. Embora nenhum dos atores, que atenderam a pesquisadora, tenha se negado a responder a pesquisa, houve dois casos em que os participantes receberam a pesquisadora, mas não autorizaram a gravação da entrevista, alegando que enviariam posteriormente suas respostas por e-mail. No entanto, por motivos desconhecidos da pesquisadora, esse fato não ocorreu. Observou-se que esse problema ocorreu

em dois casos nos quais os atores envolvidos não eram os principais responsáveis pela organização que representavam.

Durante as entrevistas, observou-se que algumas dessas dificuldades estavam ligadas a três fatores: o assunto é complexo e envolve termos e perguntas que muitos dos informantes não tinham sido questionados até aquele momento, fato que, na percepção da pesquisadora, os deixavam pouco a vontade. Outro fator é que a instalação do CIPA no território divide a opinião pública, como relatado em uma entrevista, entre as pessoas que estão a favor ou contra. Estas posições conflitantes algumas vezes levam a discussões tumultuadas. E, o fato de um pesquisador questionar sobre as ações desenvolvidas visando a adaptação da população frente às mudanças que estão ocorrendo, pode ser entendido como revelador de uma posição contrária ao empreendimento. O que levou alguns atores, ou os responsáveis pela agenda destes, a optar por não receber a pesquisadora ou, mesmo a recebendo, não ver a pesquisa como imparcial. Diante dessa percepção a pesquisadora mudou alguns termos da pesquisa, buscando atingir o objetivo sem questionar a posição individual daquela organização e sim sempre questionando a atuação do arranjo.

O terceiro fator que gerou certa dificuldade foi a heterogeneidade da amostra, pois entre os atores havia: informantes pós-graduados, doutores, e aqueles que possuem apenas o ensino médio, essa diferença no nível de escolarização dificultou a padronização de termos, pois para alguns, termos como arranjo institucional, ou estrutura de governança é trivial, para outros, embora conheçam os termos, o conceito é obscuro.

3.5.2 Realização das Entrevistas

As entrevistas foram gravadas, a pesquisadora explicou aos informantes sobre os objetivos da pesquisa (objetivos esses que já havia sido enviado por e-mail) e em seguida pedia permissão para a gravação da entrevista. Explicou que a opção pela gravação era no intuito de ganhar tempo e captar melhor as informações, pois caso optasse pelas anotações, certamente perderia algumas mensagens importantes da entrevista.

As entrevistas se constituíram em uma etapa cansativa, pois na média tiveram duração entre 50 a 70 minutos. Fato que demonstra que essa técnica exige tempo e dedicação tanto do pesquisador como dos informantes. Nesse caso específico, esse tempo exigido pode ser explicado por dois motivos: os informantes optaram por relatar as ações desenvolvidas por suas organizações; as entrevistas ocorreram no local de trabalho dos informantes, fato que levou a frequentes interrupções.

Após o término das entrevistas, estas foram transcritas na íntegra, para que fosse possível, em um segundo momento, se proceder à manipulação das mensagens que responderiam às perguntas do roteiro, pois por tratar-se de perguntas abertas, as respostas não são diretas, sendo essa uma característica desse procedimento de pesquisa que exige para a análise dos dados um processo extenso e exaustivo.

3.6 Análise de dados

No tratamento dos dados se optou pela análise de conteúdo, definida como "*um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens*" (BARDIN, 1977, p. 38). Esta opção foi feita por ser um método que oferece a oportunidade de inferência ao pesquisador a partir do tratamento e manipulação das mensagens. O ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras (CAMPOS, 2004). A realização da ligação entre o conteúdo das entrevistas e as proposições requer a decomposição dos relatos em unidades de análises.

3.6.1 Unidades de Análises

A análise dos conteúdos coletados e organizados passa primeiramente pela etapa do recorte, na qual os relatos são decompostos para em seguida serem recompostos para melhor expressar sua significação. Os recortes devem alcançar o sentido profundo do conteúdo ou passar ao largo das ideias essenciais. Os elementos assim recortados vão constituir as unidades de análise, ditas também unidades de classificação ou de registro (SILVA et al., 2005, p. 75).

Segundo Campos (2004), o processo de recorte das unidades de análise pode ser descrito em três fases: uma fase de pré-exploração do material, ou seja, esta fase consiste em várias leituras, de todo o material coletado, que permitirão uma visão de aspectos, não óbvios, que não foram explícitos nas mensagens; na sequência é feita a seleção das unidades de análise ou unidades de significados, que podem incluir palavras, sentenças, frases, parágrafos ou um texto completo de entrevistas, diários ou livros. Embora existam várias opções para definir os recortes a serem utilizados, se percebe um interesse pela análise temática, o que consiste na escolha de sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise. O evidenciamento das unidades de análise temáticas se dá em um processo dinâmico e indutivo de atenção ora concreta da mensagem explícita, ora das significações não aparentes do contexto. A escolha entre essa ou aquela unidade temática é "uma conjunção de interdependência entre os objetivos do estudo, as teorias explicativas adotadas pelo pesquisador e por que não dizer as próprias teorias pessoais intuitivas do pesquisador"; a terceira etapa do processo consiste na categorização das unidades de análises, "definido como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero" (BARDIM, 1977, p.117).

As categorias utilizadas podem ser apriorísticas ou não apriorísticas. Se apriorística, o pesquisador de antemão já possui, segundo, experiência prévia ou interesses, categorias pré-definidas. Geralmente de larga abrangência e que poderiam comportar subcategorias que emergissem do texto [...] Não apriorística, essas emergem totalmente do contexto das respostas dos sujeitos da pesquisa, o que inicialmente exige do pesquisador um intenso ir e vir ao material analisado e teorias embasadoras, além de não perder de vista o atendimento aos objetivos da pesquisa (CAMPOS, 2004, p. 614).

Contudo observa-se que não existem fórmulas mágicas ou uma única forma que oriente o trabalho do pesquisador na categorização, e também não se aconselha o estabelecimento desses passos. Pois nesse processo em geral, "o pesquisador segue seu próprio caminho baseado nos seus conhecimentos teóricos, norteado pela sua competência, sensibilidade, intuição e experiência" (CAMPOS, 2004, p. 614). A Análise da enunciação permite ao pesquisador desviar-se de estruturas e elementos formais, "assim trata-se de um recurso que além de aplicar-

se particularmente bem a entrevista não diretiva esta técnica oferece o melhor meio de se alcançar o que se procura" (BARDIN, 1977, p.170).

No presente estudo optou-se pela análise temática que resultou na escolha ora de frases, ora de parágrafos como unidade de análise. Na escolha foi utilizada a liberdade de optar por atender aos objetivos do estudo e as teorias adotadas pelo estudo, e por uma categorização não apriorística, escolha essa que exigiu um constante ir e vir no texto de forma a elaborar uma categorização que atendesse aos objetivos do trabalho e não fugisse da literatura institucional. Observa-se que esse recurso foi de suma importância, para possibilitar uma análise coesa do resultado, pois durante a análise das entrevistas houve a tentação de se analisar tudo que se tinha coletado.

3.7 Limitações Metodológicas

A utilização de pesquisas exploratórias através do estudo de caso traz limitações para a generalização dos resultados obtidos, em função das características próprias que cada unidade de pesquisa possui. São de difícil replicação em função da impossibilidade de padronizar os instrumentos de coleta de dados e possui um processo de análise complexo por se tratar, como neste caso, de uma pesquisa qualitativa (GIL, 2009).

No entanto, apesar das limitações existentes, acredita-se que o caráter exploratório se justifica, pois é capaz de trazer informações relevantes do contexto no qual ocorre o fenômeno estudado.

Para análise da governança do território, o presente estudo se fundamentou na literatura institucional a qual entende que o desenvolvimento econômico de uma nação depende de um ambiente institucional que assegure os direitos de propriedade bem como de um arranjo institucional para assegurar a forma como as unidades econômicas devem cooperar e ou competir.

CAPÍTULO IV

4. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho sustenta sua argumentação no arcabouço teórico da economia institucional, a qual possui três correntes.

Em geral, o pensamento institucionalista é subdividido em três correntes: o Antigo Institucionalismo de Veblen, Commons e Mitchell, a Nova Economia Institucional de Coase, Williamson e North, e a corrente neo-institucionalista, que reivindica sua filiação ao “velho” institucionalismo e uma grande proximidade com o evolucionismo. (CONCEIÇÃO, 2007).

No entanto, a presente pesquisa se limitará a análise das correntes do Antigo Institucionalismo de Veblen e da Nova Economia Institucional na visão de Williamson (1985) e North (1990).

4.1 O Desenvolvimento Econômico na Abordagem Institucional

Segundo Oliveira (2002), a discussão sobre desenvolvimento econômico toma uma forma acirrada no período posterior à segunda grande guerra, devido à preocupação dos aliados em livrar o mundo de problemas como as guerras, o desemprego, a miséria, a discriminação racial, as desigualdades políticas, econômicas e sociais, que os perseguiram nos períodos anteriores à guerra. O anseio de livrar o mundo de tais problemas revela-se no desejo de se proporcionar seguridade econômica e social para todos os homens. Um debate que vê a necessidade de um conceito de desenvolvimento evitando que o confundam com crescimento econômico, pois esta é uma confusão muito comum na economia. Nessa perspectiva se define que

o desenvolvimento em qualquer concepção deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205, apud OLIVEIRA, 2002).

Contudo, segundo o autor, a necessidade de promover a industrialização e o crescimento econômico tem levado planejadores a negligenciar aquilo que

realmente importa no processo de desenvolvimento: a qualidade de vida da população. Ele lembra que a sociedade pode e deve se organizar para transformar os impulsos de crescimento econômico, geralmente desencadeados por forças externas à região, em melhores níveis de qualidade de vida para todos. No entanto, deve-se pensar no conjunto da população e não apenas em pequenos grupos sociais (OLIVEIRA, 2002). Assim, uma análise que possibilita verificar se há organização da sociedade em prol da transformação de impulsos de crescimento em desenvolvimento é possível mediante a análise dos indicadores de bem-estar social e não pelo PIB, o qual é o indicativo de crescimento econômico (CARVALHO, 2002). Já a compreensão do processo de desenvolvimento requer observar os enquadramentos institucionais de um país, que influenciam e constroem a ação econômica, uma vez que as decisões dos indivíduos são determinadas pelo ambiente institucional enraizado historicamente, sugerindo que,

[...] o processo de crescimento econômico necessita de um ambiente institucional que lhe de condições de se realizar. Não basta apenas um volume substancial de investimentos e o conhecimento sobre a dinâmica do processo de desenvolvimento tecnológico⁵, para se alcançar um desempenho positivo e substancial de crescimento (ENDERLE; GUERRERO, 2008, p. 7).

A importância do ambiente institucional para um desempenho substancial de crescimento, segundo Sales (2011), se deve ao fato que o desenvolvimento não resulta automaticamente do crescimento econômico, pois esse não é eficiente nem suficiente para eliminação da pobreza e das disparidades sociais. Assim, se faz necessário uma intervenção no sentido de direcionar e conciliar eficiência econômica e desejabilidade social⁶. Essa intervenção é feita pelas instituições, e não por ações do mercado, visto que este também é uma instituição que deve ser transformada para gerar o desenvolvimento (SALLES, 2011).

No entanto, a compreensão da influência das instituições no processo de desenvolvimento requer aceitar a definição destas como hábitos de um povo,

⁵ Não há dúvidas sobre a relevância da tecnologia no processo de crescimento econômico. Possui um reflexo social, influenciando a organização das empresas, até mesmo modificando o aspecto comportamental e as decisões sociais. Nesse sentido, seu aspecto idiossincrático deve ser destacado. "Technology is a socially created constraint" (ZYSMAN, 1994, p. 261 apud ENDERLE; GUERRERO, 2008, p. 7).

⁶ A desejabilidade social pressupõe a solidariedade entre classes sociais, o que implica optar por padrões tecnológicos que propiciem uma distribuição mais equitativa da renda gerada.

conforme defendido por Veblen. Pois são os hábitos mentais dos indivíduos que determinam o padrão de formação profissional, de inovação tecnológica e de empreendedorismo que está relacionado com o desenvolvimento de uma sociedade e a evolução desse padrão depende da mudança dos hábitos dos indivíduos (SALLES, 2011). Salles e Ribeiro (2012), ao estudarem a inter-relação entre desenvolvimento econômico, o papel das instituições e os mecanismos de sustentabilidade ambiental, definem que a influência das instituições no desenvolvimento pode ocorrer em três estágios: na criação das instituições, na mudança destas para acompanhar os processos de transformação que ocorrem na história da sociedade, e nos arranjos institucionais formados para engendrar processos de inovação técnica, e ressaltam a relevância da visão evolucionária de Veblen o qual assevera que, as instituições são de extrema importância para compreender o comportamento das decisões humanas, conseqüentemente, dos fenômenos que daí decorrem, incluindo o desenvolvimento econômico (SALLES; RIBEIRO, 2012).

4.2 A Influência das Instituições no Desenvolvimento Segundo o Antigo Institucionalismo

Segundo a abordagem dos antigos institucionalistas, Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell, um modelo econômico que prime pelo desenvolvimento não seria possível através do paradigma vigente da “mão invisível” de Adam Smith. E assim imbuídos da necessidade de se pensar um modelo dinâmico da economia, se inicia uma discussão que fica conhecida como a economia de Veblen, ou teoria vebleniana, ou ainda economia institucional dos antigos institucionalistas, uma alternativa concebida como uma formulação teórica do “processo da vida econômica”, na qual o agente das mudanças é o ser humano, seus conhecimentos, habilidades e hábitos de pensamento (HODGSON, 1998; ENDERLE; GUERRERO, 2008). Uma proposta cujo marco é o clássico artigo, “*Why is Economics Not an Evolutionary Science*”, do sociólogo norte americano Thorstein Veblen escrito em 1898 (CONCEIÇÃO, 2002).

Segundo Faria (2002), a teoria de Veblen, se propõe a romper com o método mecanicista que orientava a ciência na época, no qual o mundo era interpretado de forma a seguir uma trajetória de equilíbrio (FARIA, 2002). E, assim, faz uma crítica à teoria econômica clássica por desejar explicar o processo de desenvolvimento

reduzindo sua investigação ao comportamento individual, mesmo partindo de problemas coletivos. Quanto aos neoclássicos a crítica se volta para as características de suas análises estáticas, enriquecidas pela formalização da matemática.

A economia neoclássica é hedonista e utilitarista – hedonista na sua teoria e utilitarista em seus ideais pragmáticos e empreendimentos. O postulado hedonista sobre o qual essa linha de teoria econômica é construída é de um caráter e alcance estático, e dessa teoria estática, taxonômica, não se resulta nenhum desenvolvimento (VEBLEN, 1969, p. 191, apud SILVA, 2008, p. 145).

Na opinião de Silva (2008), Veblen buscou avaliar a sociedade a partir de aspectos que possibilitassem satisfazer aos interesses comuns, pois entendia que a razão das instituições econômicas das sociedades era garantir a sobrevivência dos seus membros (Silva, 2008, p. 145). Uma avaliação que tem como unidade de análise as instituições, centrando suas ideias em hábitos, regras, instituições e sua evolução. O que requer uma abordagem específica e historicamente localizada em um esforço que consiste em mostrar como as instituições determinam a estabilidade dos sistemas socioeconômicos, uma vez que são estas que atuam no sistema cognitivo do indivíduo possibilitando-o a interpretação de dados, inserindo-o em hábitos ou rotinas e assim, transformando informações em conhecimento útil. Logo, são as instituições que atuam no sentido de diminuir ou restringir a adversidade e ações de muitos agentes, o que significa dizer que as instituições são determinantes para a estabilidade econômica de uma nação. Dentro dessa visão o autor define instituição como uma forma de pensamento ou ação de alguma prevalência e permanência, que é incorporado nos hábitos de um grupo ou costumes de um povo (HODGSON, 1998).

O entendimento do modelo proposto por Veblen demanda uma compreensão da realidade, um diálogo entre pensamento econômico e a história. Embora complexo, se faz necessário, uma vez que o processo de mudança, de transformação e de inovação do sistema econômico não permite uma análise das coisas em condições de equilíbrio, pois estas crescem e se modificam constantemente (CONCEIÇÃO, 2002; RACY, 2005; CARVALHO, 2005). No entanto, essas modificações passam por um processo de rotina no meio coletivo até serem institucionalizadas.

4.2.1 O Processo de institucionalização

A necessidade de explicar o processo de institucionalização de uma norma, ou seja, como as normas vigentes se incorporam nos hábitos e comportamentos individuais para depois serem reproduzidas no tecido social, foi o motivo que levou Veblen a buscar um entendimento dos hábitos, na opinião de Silva (2008). Um processo que explica como novas práticas sociais dependem de serem incorporadas às disposições habituais e convertidas em hábitos de pensamento individual até se tornarem um hábito coletivo. O que possibilitou explicar também que uma vez institucionalizadas e perpetuadas na história, restringem a capacidade de mudanças proporcionadas pelo homem.

Primeiramente uma coisa é desejada por um motivo definido; mais tarde ela passa a ser desejada por si mesma, adquire nos nossos hábitos de pensamento o caráter de substancialmente desejável. No tocante às normas específicas de comportamento, todavia, uma norma determinada permanece em vigor somente quando tem o apoio do hábito ou aptidão que constitui o critério de seu desenvolvimento, ou pelo menos não é com ele incompatível (VEBLEN, 1965a, p. 69-70, apud SILVA, 2010, p. 299).

Um exemplo da análise do processo de institucionalização é proposto por Simões e Rodrigues (2012), os quais adotam o conceito de instituições como, “um conjunto de formas de pensar e de fazer num sistema social”. Os autores defendem que uma nova prática passa por um processo composto pelos seguintes passos:

- a) Incorporação dos princípios institucionais nas regras e rotinas.
- b) Transposição das regras e rotinas para a ação.
- c) Reprodução das rotinas.
- d) Institucionalização das regras e rotinas

Um processo que evidencia que novas regras demanda tempo para se institucionalizar como uma nova instituição de um grupo, conforme demonstrado na figura 5 (SIMÕES; RODRIGUES, 2012).

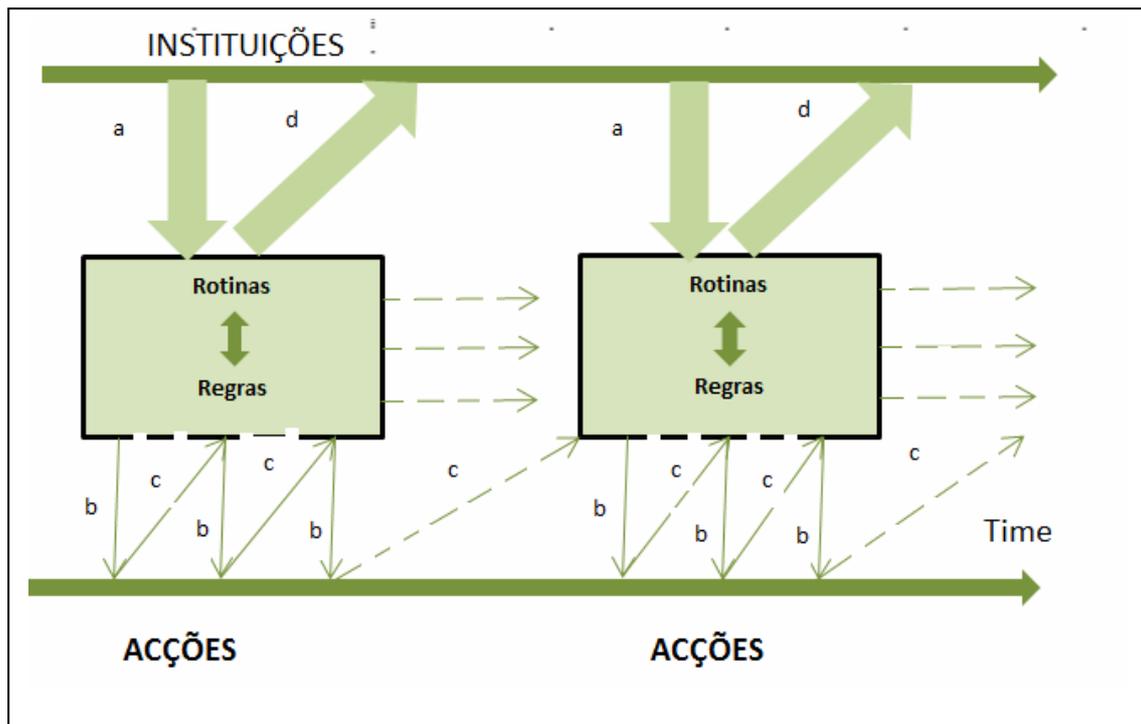


Figura 5: Processo de institucionalização de uma nova prática.
Fonte: Simões e Rodrigues (2012).

Apesar dos argumentos de Veblen terem sido aceitos nos meios acadêmicos durante o período entre 1875 e 1925, suas ideias sofrem fortes críticas após esse período, resultando numa perda de credibilidade e levando a discussão institucionalista a ficar esquecida por cerca de 40 anos até o surgimento de novas abordagens como a Nova Economia Institucional (MORAES; MILWARD, 2005).

4.3 A Década de 1970 e o Reconhecimento da Relevância das Instituições para o Desenvolvimento

A crise financeira vivida em 1929 encontra explicações plausíveis na teoria de Keynes, fazendo com que no período de 1930 a 1970 haja uma preferência para explicar os problemas econômicos a partir dessa teoria e / ou pela teoria neoclássica, modelos que separam a análise econômica das demais instituições. Contudo, tais modelos não possuem argumentos para explicar os fenômenos que ocorrem na década de 1970, fazendo com que o interesse pelas instituições seja retomado.

Com reconhecimento da influência das instituições no desenvolvimento pelo Banco Mundial na década de 1990, o qual declara que “*as falhas institucionais estão na raiz da maior parte dos fracassos dos projetos apoiados pelo Banco*”, percebe-se

um consenso nas discussões sobre a perspectiva institucional para explicar fenômenos da sociedade organizacional. Em especial os fenômenos relacionados à desigualdade de desenvolvimento econômico entre países, problemas que requerem interpretações institucionais numa abordagem mais sistêmica evidenciando uma lacuna que a Nova Economia Institucional vai preencher (FARINA, 1999; CARVALHO, 2005; RACY et al, 2005; MULS, 2008).

4.4 A Nova Economia Institucional - NEI

A NEI é uma corrente teórica composta de várias teorias cujo início é marcado pela publicação do célebre artigo "The Nature of the Firm" de Ronald Coase em 1937. Como aponta Conceição,

Coase é considerado o pai dessa escola, cujo marco de referência é seu trabalho seminal de 1937. A NEI preocupa-se, fundamentalmente, com aspectos microeconômicos, com ênfase na teoria da firma em uma abordagem não convencional, mesclada com história econômica, economia dos direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia do trabalho e organização industrial. Todos os autores reunidos enfatizam um ou outro desses aspectos (CONCEIÇÃO, 2002, p. 86).

A NEI tem, como principal proposição, que as instituições de uma sociedade se formam por meio de complexos processos de negociação entre indivíduos e tem como tese fundamental que as instituições são restrições ao comportamento humano desenhadas para reduzir custos de transação (BUENO, 2004).

Esta é uma perspectiva que se desenvolve em duas linhas teóricas complementares. Em uma vertente, originada com Coase, ela se ocupa das microinstituições, a qual aborda a função de coordenação das atividades econômicas da firma em alternativa ao mercado (FARINA et al., 1997). Porém, aquele autor falha por não explicar como os agentes escolhem a estrutura de governança mais eficiente, concluindo apenas que essa opção é feita buscando que possibilite os menores custos de transação. Tal afirmação inviabilizava a validação ou refutação de seus argumentos, além de aproximar sua teoria do pensamento neoclássico, de racionalidade ilimitada dos agentes econômicos e existência de informação completa e homoganeamente acessível, teoria à qual a NEI se dizia contrária (VALLE, 2002).

Essa lacuna que é suprida pelos trabalhos de Williamson (1985), que possibilitam a operacionalização da teoria de Coase através da mensuração das dimensões (frequência, incerteza e especificidade dos ativos envolvidos) de uma transação específica (CONCEIÇÃO, 2002). A outra vertente da NEI se preocupa com as macroinstituições. Esta foi desenvolvida por Douglass North em 1990, prêmio Nobel em economia em 1993. Sua perspectiva busca entender de que forma as macroinstituições de um país afetam seu desempenho econômico em longo prazo (BUENO, 2004).

4.4.1 A Vertente Macroinstitucional da NEI

As instituições apresentam vários conceitos, conforme quadro 1. North (1990) as define como as regras do jogo em uma sociedade, que são criadas para moldar a interação humana, cuja função é estruturar os incentivos de troca, seja política, social ou econômica, reduzindo as incertezas e provendo uma estrutura para a vida cotidiana. Para o autor as instituições são divididas entre informais - as regras que os seres humanos concebem - e formais - as convenções e códigos de conduta que são criadas, como a constituição de um país, ou evoluem com o tempo, como as leis.

Em sua análise, North contribui também para o entendimento entre organização e instituição, distinguindo-as entre aquelas que restringem e possibilitam as interações humanas. Nessa perspectiva o autor define que enquanto as instituições restringem as interações humanas, as organizações são as estruturas que possibilitam essas interações. E, então, propõe que as organizações sejam classificadas como: políticas (partidos políticos, o Senado, uma câmara municipal, uma agência reguladora); econômicas (firmas, sindicatos, fazendas familiares, cooperativas); sociais (igrejas, clubes, associações atléticas) e educacionais (escolas, universidades, centros de treinamento vocacionais), ou seja, são grupos de indivíduos ligados por algum propósito comum, criados para atender ao conjunto existente de instituições e, ao tentar atingir seus objetivos, são agentes de mudanças institucionais (NORTH, 1990).

Autor	Conceito de Instituição
JOHN COMMONS, 1931	As instituições são a ação coletiva no controle e liberação da ação individual.
DOUGLASS NORTH, 1990	Instituições são as regras do jogo em uma sociedade que moldam a interação humana. São concebidas pelos seres humanos com a função de estruturar os incentivos na troca humana, seja política, social ou econômica.
HODGSON, 1998.	Uma forma de pensamento ou ação de alguma prevalência e permanência que é incorporado nos hábitos de um grupo ou nos costumes de um povo.
VEBLEN, 1969 apud SILVA, 2010	Hábitos de pensamento que são próprios de uma sociedade em sua época.
RIBEIRO; SCAPENS, 2006 apud SIMÕES; RODRIGUES, 2012	Conjunto de formas de pensar e de fazer num sistema social.

Quadro 12: Conceitos de instituição.

Fonte: Elaboração própria (2013).

A influência das instituições no desenvolvimento pode ser verificada tanto na padronização de comportamentos como na mudança destes, conforme North (1990). Pois, embora a função da instituição seja padronizar comportamentos, elas evoluem visando melhor resolver os problemas humanos. Contudo, o autor adverte que esse processo difere entre as instituições formais e as informais. Enquanto as formais podem mudar do dia para a noite, devido a decisões políticas ou judiciais, as informais são mais impermeáveis à deliberação de políticas e dependem de um processo complexo de negociações entre atores. Esse processo difere entre as nações, o que explica também que as instituições são desenvolvidas a partir de atitudes dos indivíduos, logo, elas não são simplesmente copiadas. Tanto a criação como a mudança institucional deve ocorrer a partir de um processo de negociação entre os indivíduos (NORTH, 1990).

4.4.2 O Processo de Mudança institucional

Embora a mudança institucional seja imprescindível para o desenvolvimento, ela pode causar distúrbios no ambiente econômico que dificultem a adaptação dos agentes, pois, conforme Hayek (1945) citado em Williamson (1991), o principal problema econômico das sociedades está ligado à dificuldade de uma rápida adaptação em circunstâncias particulares de tempo e lugar. Essa dificuldade surge, na opinião de Williamson (1991), devido à dependência de uma coordenação

alternativa ao mercado, pois este é eficiente na adaptação quando dada uma perturbação os preços servem como estatísticas suficientes para compradores e fornecedores individuais se reposicionarem autonomamente. Contudo há distúrbios em que falhas de coordenação, via mercado, podem surgir porque os partes autônomas entendem e reagem a sinais de forma diferente, e, nesse caso, há uma demanda por um mecanismo de coordenação alternativo ao mercado (WILLIAMSON, 1991).

4.4.3 As Instituições e os Mecanismos de Coordenação Alternativo ao Mercado

Segundo Farina et al (1997), a capacidade de adaptação das organizações dos sistemas produtivos brasileiros foram afetadas devido à abertura comercial nos anos de 1990, e, assim, se fez necessário uma reorganização que possibilitasse flexibilidade e velocidade de ajustamento a um ambiente em mudança constante. No entanto, essa capacidade de resposta depende das instituições e organizações existentes, que provêm suporte financeiro, tecnológico, legal e de informações e não apenas das decisões de caráter individual e privado (FARINA et al., 1997).

Outras demandas ocorrem em outras mudanças como: na instituição da lei dos Portos de 1993, a qual exige um novo arranjo no sistema portuário (LUCCI; SCARE, 2004); com a instituição do MERCOSUL, que provoca mudanças no ambiente econômico de Pelotas, tornando-o dependente da capacidade do ambiente institucional de dotá-lo de capacidades competitivas (ZERBIELLI; WAQUIL, 2006).

Para Satolani et al (2008), a responsabilidade pela adaptação dos agentes econômicos às mudanças cabe ao ambiente organizacional, uma vez que este é o responsável pela coordenação de ações, mecanismos de incentivos, pesquisa e extensão e homogeneidade da cadeia (SATOLANI et al., 2008). Mondelli e Zylbersztanj (2008) asseveram que uma rápida adaptação dos agentes econômicos exige das organizações novas estratégias. Contudo, essa adaptação nem sempre é autônoma e pode depender de um realinhamento de mecanismos de coordenação e de novos arranjos institucionais, os quais possuem a função de coordenar ações em alternativa ao mercado quando possibilitam minimizar custos de transação. Essa é a proposição da qual trata a vertente das microinstituições da NEI (MONDELLI; ZYLBERSZTANJ, 2008).

4.4.4 A Vertente das Microinstituições da NEI

Zylbersztajn (1995) afirma que o objetivo da economia dos custos de transação (ECT) é estudar as características desses custos, supondo estas como indutoras de modos alternativos de governança cuja unidade fundamental de análise é a transação. Para Farina (1999), a ECT é uma teoria em evolução e o primeiro trabalho em prol de sua consolidação se deu em 1985 com a publicação de *The Economic Institutionsof Capitalism*, por Oliver Williamson, justificando assim certo desconhecimento dos principais argumentos considerados pela teoria (FARINA et al., 1997).

A ECT postula que as decisões dos agentes econômicos são influenciadas por dois pressupostos comportamentais básicos, a racionalidade limitada e o oportunismo, os quais são os responsáveis pelos custos de transação. Segundo Williamson (1993), o comportamento dos atores econômicos é guiado pelo oportunismo, o que significa que os indivíduos agirão com dolo sempre que esse comportamento for viável economicamente. Por racionalidade limitada entende-se o comportamento que pretende ser racional, mas consegue sê-lo apenas de forma limitada. Este se deve à condição de competência cognitiva limitada de receber, estocar, recuperar e processar a informação. Assim, os custos de transação são os custos de buscar informações no mercado e de fazer cumprir contratos, ou seja, são os custos de conduzir o sistema econômico (WILLIAMSON, 1993). Caracterizados como os custos de mercado (LUCCI; SCARE, 2004), segundo Williamson (1993), é possível determinar a estrutura de governança mais eficiente de uma determinada transação ao identificar esses custos, pois são estes que determinam a escolha de tais estruturas.

4.4.5 Estrutura de Governança

A fim de identificar formas de coordenação que possibilitem a minimização dos custos de transação, Williamson (1991) explica que tal objetivo é possível mediante uma análise das dimensões (frequência, incerteza e especificidade dos ativos envolvidos) de uma transação específica. O que permite identificar entre as formas genéricas de governança, mercado, híbrida ou firma, a mais eficiente para uma determinada transação a partir dos custos de transação gerados em função da

especificidade dos ativos envolvidos nessa transação, conforme demonstrado na figura 12 (WILLIAMSON, 1991).

A teoria de Williamson o permite concluir que o sistema de preço, ou seja, o mercado é eficiente na adaptação, a hierarquia é indicada quando a dependência bilateral introduz uma oportunidade de obter ganhos através da organização interna e o modo híbrido fica entre os dois opostos (WILLIAMSON 1991).

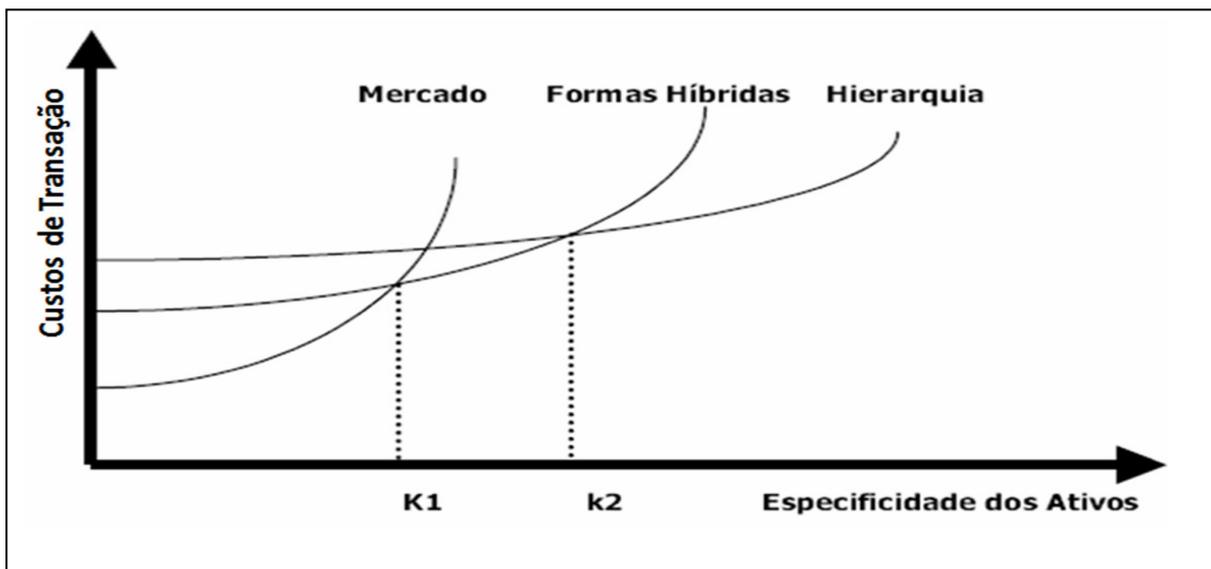


Figura 6: Estrutura de governança.

Fonte: Adaptado de Williamson, 1991.

Williamson (1993) observa que as opções de governança serão influenciadas ainda pelo ambiente institucional e pelos pressupostos comportamentais conforme figura 7. Uma visão que exige uma análise das duas vertentes da NEI, de forma a analisar a influência do ambiente institucional em uma transação ou um conjunto de transações, pois as alterações feitas no ambiente institucional provocam alterações nos custos de transação, o que provoca deslocamento nas estruturas de governança. E destaca também que tal análise deve contemplar o homem como ele é, agindo dentro de algumas restrições impostas por instituições, restrições necessárias devido aos principais atributos dos atores econômicos, o oportunismo e racionalidade limitada (WILLIAMSON, 1993).

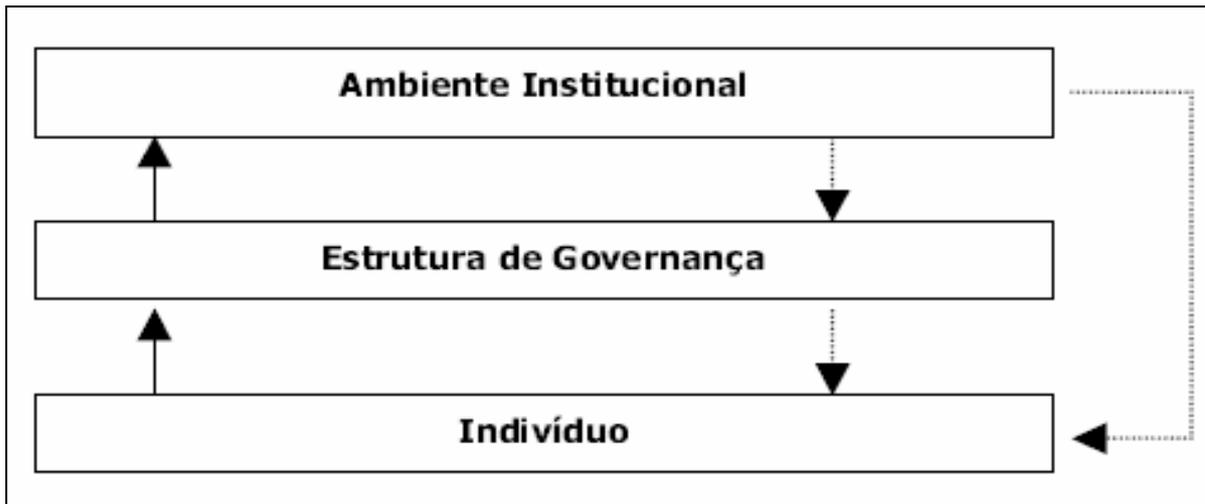


Figura 7: Níveis analítico-institucionais de organização do sistema econômico.

Fonte: Valle et al., 2002.

Williamson (2000), observa que a transação é a unidade básica de análise da Economia de Transação, mas a governança é um esforço para criar ordem, assim como para mitigar os conflitos e realizar ganhos mútuos da transação. Portanto, de modo a assegurar o desenvolvimento econômico de uma nação não basta um ambiente institucional que garanta os direitos de propriedade, faz-se necessário, também, uma estrutura de governança que governe as formas como as unidades econômicas podem cooperar (WILLIAMSON, 2000).

4.4.6 Contribuições para a Análise da Estrutura de Governança

Várias são as contribuições que possibilitam a consolidação do modelo de análise de governança proposto por Williamson (1991). Destas, o presente estudo sintetizou aquelas que julgou necessárias ao seu entendimento, conforme quadro 13.

Autor	Contribuição na análise da estrutura de governança
FARINA et al., 1997; FARINA, 1999.	Propõem uma análise da estrutura de governança para sistemas produtivos agroindustriais a partir da inter-relação entre os ambientes institucional, organizacional e tecnológico.
ZYLBERSZTANJ, 1995; 2005.	Contribui na interpretação do modelo dos sistemas econômicos de Williamson, e também no desenvolvimento de um modelo que analisa a relação entre frequência e especificidade dos ativos da transação.
CABRAL, 2004.	Verifica na transação de terceirização entre duas multinacionais que o modo híbrido de governança é possível mesmo envolvendo ativos de alta especificidade.
REIS et al., 2005.	Verificam que a divulgação de informação reduz consideravelmente os custos de transação.
LUCCI et al., 2006.	Verificam que a ausência de mecanismos visando reduzir a racionalidade limitada provoca aumento nos custos de transação e que as instituições formais incentivam investimentos, mas nem sempre são eficientes para reduzir conflitos e eventuais comportamentos oportunistas.
ROSSIAUD; CATHERINE, 2010.	Identificam que algumas obras negligenciam as etapas da transação concentrando suas análises somente na transação inicial.
LOPES, 2011.	Utiliza o modelo de governança de análise das especificidades dos ativos em função da frequência das transações.

Quadro 13: Contribuições na análise da estrutura de governança.

Fonte: Elaboração própria (2013).

A análise de Zylbersztanj (1995) contribui para uma melhor compreensão e interpretação do modelo dos sistemas econômicos de Williamson, conforme figura 8, ao possibilitar uma análise que compreende o ambiente institucional e os pressupostos comportamentais do indivíduo na indução de formas de governança.

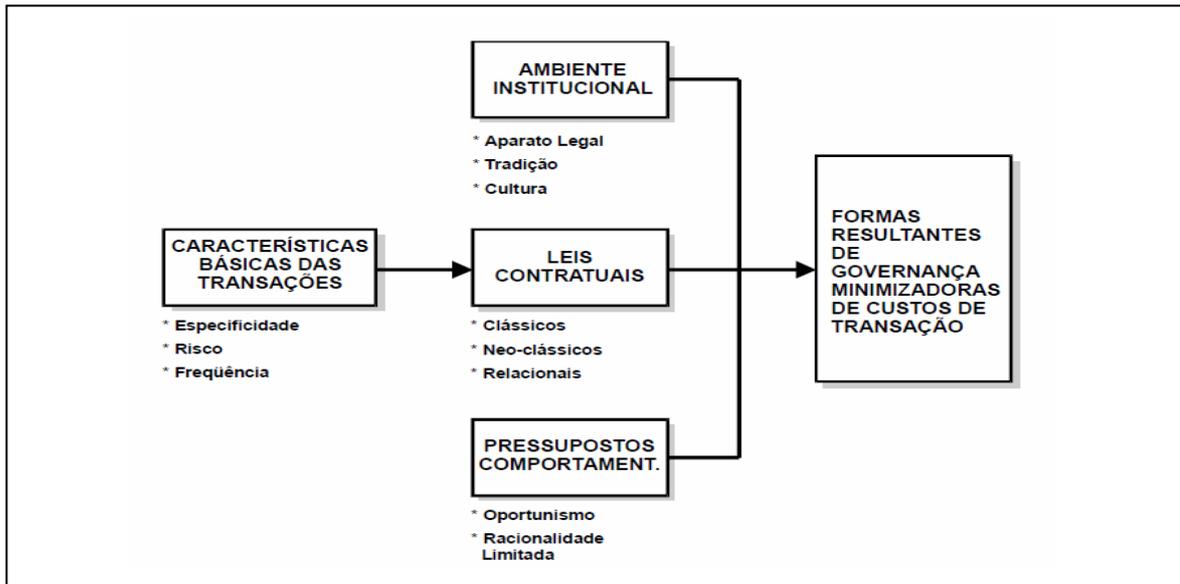


Figura 8: Esquema da indução das formas de governança.
Fonte: Zylbrsztanj, 1995.

Outras contribuições, no entanto, possibilitaram não só a consolidação dos trabalhos de Williamson, como também o surgimento de outros modelos conforme os estudos de Farina et al (1997), que propõe uma análise da estrutura de governança para sistemas produtivos agroindustriais a partir da inter-relação entre os ambientes institucional, organizacional, tecnológico e institucional, conforme figura 9.

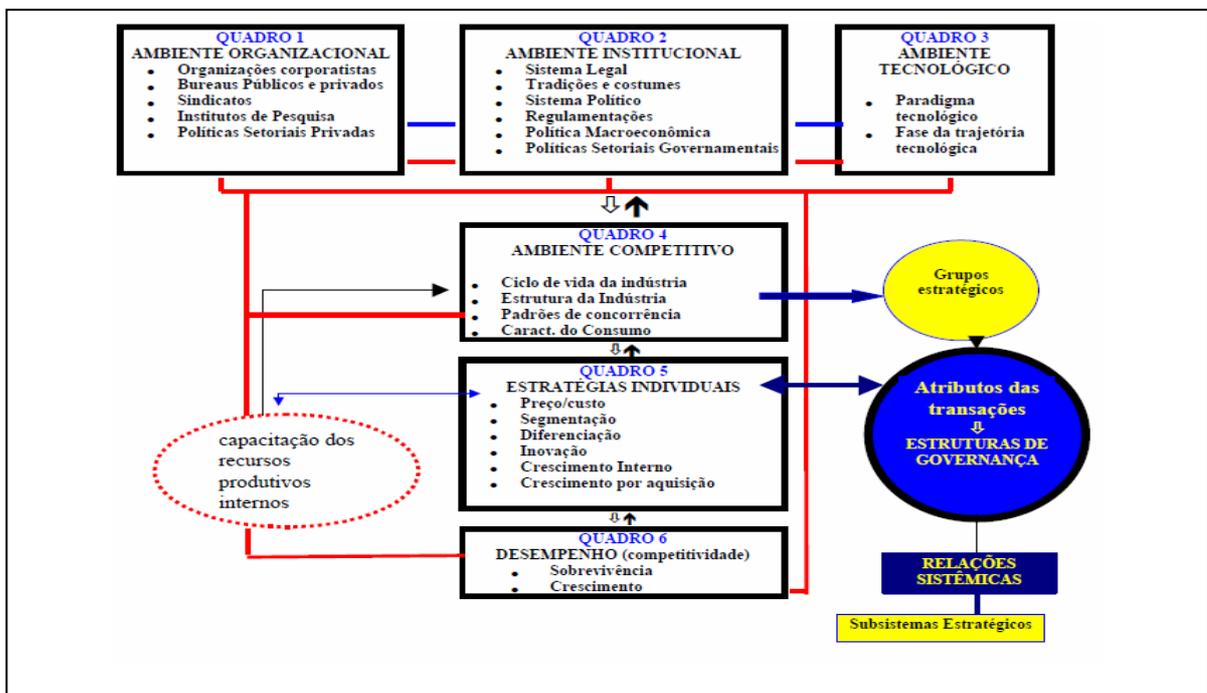


Figura 9: Análise da estrutura de governança para sistemas produtivos.
Fonte: Farina, 1999.

O modelo apresentado por Tassaró et al (2005), é outra proposta com o objetivo de definir a estrutura de governança a partir da análise entre as especificidades dos ativos envolvidos na transação e a frequência desta, conforme quadro 14.

Frequência das Transações	Especificidade dos Ativos		
	Média	Baixa	Alta
Ocasionais	Governança de Mercado (Contrato Spont)	Relação Contratual (Governança Trilateral)	Relação Contratual Mista
Recorrentes	Governança de Mercado (Contrato Spont)	Contrato de Relação	Integração Vertical

Quadro 14: Análise da relação entre frequência das transações e especificidade dos ativos.

Fonte: Tassaró et al., 2005.

O trabalho de Nunes (2009), contribui para o entendimento de instituições como *"um conjunto de organizações formais, tais como empresas, universidades, agências governamentais, adquirindo um sentido mais estrito de arranjo"*, possibilitando assim um entendimento de arranjo institucional como um determinado conjunto de organizações.

Contudo, Zylbersztanj (2005) destaca que embora a teoria institucional esteja consolidada, o avanço da mesma ainda depende de perfeição e formalização das teorias da firma se comparadas às teorias neoclássicas, e lamenta que o conservadorismo desperdice a oportunidade para o avanço dos programas em Economia Aplicada (ZYLBERSTANJ, 2005 p. 411).

4.4.7 Críticas a NEI

Segundo Gomes (2004), a NEI apresenta limitações para análises econômicas nos países periféricos como o Brasil, pois não considera as especificidades das regiões periféricas e assim atribui ao Estado o papel de assegurar os direitos de propriedade através de um ambiente institucional que seja capaz de reduzir os custos de transação. Critica ainda o fato de que, dentro dessa concepção, o subdesenvolvimento das regiões periféricas estaria na falta de arranjos institucionais eficientes para reduzir custos de transação (GOMES, 2004).

Outra crítica que se faz à teoria institucional é referente à vertente das microinstituições devido à inadequação do modelo de governança na análise que contempla os sistemas produtivos que envolvem vários atores. A análise de arranjos

de governança envolvendo sistemas produtivos verticais com muitos atores representa um desafio de generalização dos modelos até hoje desenvolvidos, centrados nas relações entre dois agentes, pontuam Zylbersztanj e Nogueira (2001).

Na opinião de Bueno (2004), não se trata de limitações da NEI ao que ela se propõe, ou seja, na análise dos custos de transação. No entanto, lembra que as questões sociais geralmente envolvem dois tipos de problemas: os custos de transação e os dilemas de ação coletiva⁷. Ambos surgem com a divisão do trabalho, quando as pessoas passam a operar em um sistema de troca impessoal, mas devem ser enfrentados com instrumentos e estratégias diferentes. O problema surge pelo fato de que nem sempre a segunda questão recebe atenção devida na formulação de programas de desenvolvimento local (BUENO, 2004). Para Ostrom (2007), o problema é a propensão de pesquisadores e decisores políticos de tentar resolver os problemas da ação coletiva com soluções simples e universais esquecendo que a estrutura de governança econômica não se trata apenas de uma relação entre dois mundos, mas de uma relação de diversidades de interações. E, portanto, são aplicáveis a diversos arranjos institucionais, desde mercados e hierarquias empresariais a comunidades e Estado, os quais possuem diferentes modos de coordenação da ação coletiva. Evidenciando assim que a estrutura de governança de uma sociedade ou de um território não se trata de uma simplória configuração organizacional, mas de uma complexa estrutura difícil de ser copiada ou carregada de um espaço para outro, pois

cada território, cada localidade, cada sociedade, e cada instituição, mediante as suas diversidades de interações, produzem um conjunto complexo e característico de formas organizacionais para responder as suas próprias necessidades e especificidades institucionais. Logo, na esfera territorial, a governança adquire vocabulários e lógicas específicas que orientam a vida coletiva (ORTEGA; SILVA, 2011, p.6).

A solução então está em tratar os problemas coletivos com uma instituição local, especificamente desenvolvida em uma localidade particular. Segundo Buttenbender (2010), trata-se de um arranjo institucional inovador que se configura

⁷Existe um dilema de ação coletiva quando uma sociedade encontra-se em uma situação em que cada um de seus membros poderia melhorar suas condições de vida sem que outros tenham que necessariamente piorar (Bueno, 2011).

nas relações entre Estados, hierarquias corporativas, cooperativas, redes, mercados, associações e comunidade (BUTTENBENDER, 2010). Um arranjo que seja capaz de viabilizar a cooperação voluntária na ação coletiva (BUENO, 2011). Para o entendimento de tal arranjo, Dallabrida (2007) propõe a abordagem do tema gestão social dos territórios, e do conceito de governança territorial, para referir-se ao conjunto de iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais. Na prática a governança territorial tem por finalidade a

articulação com vistas ao desenvolvimento das regiões ou territórios. Assim, considerando a presente abordagem teórica, o desenvolvimento (local, regional, territorial) pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (genéricos e específicos, materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2011, p. 4).

4.5 A Diversidade da Estrutura de Governança

Embora a governança territorial seja uma discussão recente, o termo "governança" tem origem ainda no tempo medieval (século XIII). E dizia respeito à ação de se pilotar alguma coisa, um modo de governar (CANET, 2004 apud SILVA, 2007). O termo é resgatado no sec. XX, inicialmente para retratar a função de governar da firma. No entanto, o termo governança apresenta vários conceitos, conforme quadro 15. Mostra-se apropriada na nomenclatura de uma coordenação de multiatores, sendo associado tanto à política pública como privada e tanto na economia como na sociologia.

Segundo Silva (2007), o resgate do termo governança se deve a Ronald Coase em 1937, ao tratar da governança da firma, no entanto, o termo adquire maior visibilidade com Williamson nos anos 70, com a concepção de "governança corporativa"⁸. O termo vai evoluindo de modo a atender às necessidades que surgem, assim em 1997, com o reconhecimento pelo Banco mundial da ineficiência

⁸ Definida como um conjunto de práticas adotadas pela empresa que tem por finalidade otimizar o desempenho da mesma e proteger as partes interessadas (investidores, empregados e credores) para facilitar o acesso ao capital (SILVA, 2007, p.31).

do mercado na otimização dos recursos e na regulação dos efeitos perversos da globalização, surge a doutrina de governança mundial. Uma expressão utilizada para conceituar uma coordenação multi-atores e público-privada através de um processo organizacional e institucional (SILVA, 2007). Já a governança territorial, "*Trata-se da interação entre micro e macroatores, contemplando a perspectiva de afirmação dos interesses e necessidades territoriais*" (DALLABRIDA, 2007, p. 51).

Autor	Conceito de Governança
WILLIAMSON, 2000.	É um esforço para criar ordem, assim como para mitigar os conflitos e realizar ganhos mútuos.
OSTROM, 2007b.	A criação de uma estrutura que não possa ser externamente imposta, mas que é o resultado da interação de uma multiplicidade de governo e outros atores em que cada um se influencia.
DIXIT , 2009.	A estrutura e funcionamento das instituições, negócios jurídicos e atividade social de apoio econômico e através da proteção dos direitos de propriedade, a aplicação de contratos e a realização de uma ação coletiva para fornecer infraestrutura organizacional e física.
BAGNASCO; LE GALLES, 1997 apud SILVA, 2007.	Constitui o processo de coordenação dos atores, grupos sociais e instituições, visando atingir objetivos próprios discutidos e definidos coletivamente nos ambientes fragmentados e incertos.
MARQUES; ALVES, 2010.	Refere-se à proliferação de atores, interesses, prestação de serviços e sistemas de regulação. No sentido normativo, a governança é uma forma alternativa de organização coletiva.
BESSA, 2013.	O conjunto das instituições e atores governamentais e não governamentais no direcionamento das questões sociais e econômicas, a colaboração entre diferentes setores e atores se autogovernando, constituído na capacidade de liderança, no encaminhamento de ações coletivas.

Quadro 15: Conceito de governança.

Fonte: Elaboração própria (2013).

4.5.1 Governança Territorial

A governança territorial é uma forma de coordenação política entre os diversos atores de um território com vistas ao desenvolvimento local, se configurando em um modo de governar através da discussão e definição de objetivos coletivos (LELOUP et al., 2004, apud SILVA, 2007). Uma coordenação política que exige mudanças, as quais já são observadas, pois conforme Lotta e Vaz,

há um movimento de mudança nos arranjos institucionais que passa de um modelo de gestão baseado em visão tradicional, hierarquizada, funcional,

setorial para modelo transversal, intersetorial, sistêmico, participativo e voltado à efetividade (LOTTA; VAZ, 2012, p. 1).

Um movimento que requer uma mudança institucional, pois as velhas práticas clientelistas ou assistencialistas devem ceder lugar a uma prática onde a transparência e o profissionalismo possibilite a participação cidadã, conforme relata

Apesar das características estruturais dispostas para oportunizar um processo participativo qualificado, a qualificação futura da ação cidadã e de seus representantes é fundamental para que práticas clientelistas ou assistencialistas dêem lugar à formação de consensos negociados com transparência e profissionalismo, visando a melhoria das condições de vida da sociedade e o desenvolvimento regional (SIEDENBERG, et al 2011, p. 9).

4.5.2 Governança das Relações do Território

A discussão do desenvolvimento sobre o enfoque territorial adquire uma maior evidência no início da década 1980 (ABRAMOVAY, 2006), devido a desigualdades provocadas pelo modelo de desenvolvimento adotado, conforme esclarece o trabalho de Ortega e Silva.

Nos anos de 1970, o “mundo capitalista conheceu mais uma de suas crises. Em seu enfrentamento foram sendo substituídas as estruturas produtivas fordistas” e seus modelos de desenvolvimento, baseado em forte intervenção do Estado que, em muitos casos, apesar de propiciarem elevadas taxas de crescimento, não conseguiram reduzir as desigualdades entre as nações (BENKO, 2002 apud ORTEGA; SILVA 2013). É, neste contexto, de distribuição assimétrica dos frutos do desenvolvimento, que afloraram as mais recentes discussões acerca do uso do enfoque territorial (ORTEGA; SILVA, 2013, p. 32).

Os territórios se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade (ABRAMOVAY, 2003, apud BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003). E assim se distinguem das regiões, seja pela natureza dos fluxos que circulam entre os atores, seja pela não delimitação física (MULS, 2008). Demonstrando assim que o conceito de território está ligado a um espaço historicamente construído através das inter-relações. Conforme Dallabrida, essa nomenclatura se refere a

uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos (Dallabrida, 2007, p. 51).

Portanto, o território é um ambiente que não pode ser considerado nem natural, nem unicamente político, econômico ou cultural, logo pode ser idealizado através de uma perspectiva “integradora” entre as diferentes dimensões sociais, e entre a sociedade e a natureza (ORTEGA; SILVA, 2011). A não delimitação física atrelada à necessidade de inter-relações dos territórios exige uma governança democrática dos territórios (ESTEVE, 2009). Uma colaboração que não pode ser imposta externamente, mas que deve surgir da interação múltipla de governo e outros atores em que cada um se influencia (OSTROM, 2007b), visando um objetivo comum (NUNES, 2009) e possibilitando a realização de uma ação coletiva, na medida em que evita o problema de *free-riding*⁹ (DIXIT, 2009). A estrutura da governança territorial permite lidar com os problemas da ação coletiva, uma vez que as atividades desenvolvidas estejam apoiadas em objetivos comuns partilhados entre os atores. No entanto, exige-se uma compreensão de que o processo de governar depende da capacidade de liderança na tomada de decisões para o encaminhamento de ações coletivas (STOKER, 1998, apud BESSA, 2013).

4.5.3 Governança e ação coletiva

A ação coletiva é um fenômeno que depende de elaborações sociais como as regras e normas e se materializa em um conjunto de ações, visto que "a noção de ação coletiva é ampliada à atuação de várias pessoas, quando a conjunção dos seus atos permite constatar uma certa ordem, uma certa coordenação (SABOURIN, 2001), visando a solução de problemas que pertencem à esfera do âmbito público e que não são resolvidos mediante a ação individual, conforme o Fondo Mink'a de Chorlavi¹⁰ - FMC 2003.

⁹A microeconomia define o comportamento free rider como sendo aquele em que um ou mais agentes econômicos acabam usufruindo de um determinado benefício proveniente de um bem, sem que tenha havido uma contribuição para a obtenção de tal. Esse problema surge na provisão de um bem público... <http://pensandoeconomia.blogspot.com.br/2008/02/o-comportamento-free-rider.html>

¹⁰O Fondo Mink'a de Chorlavi (www.FondoMinkaChorlavi.org) foi fundado no ano 2000 com o auspício do Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento (CIID/IDRC, Canadá), a

4.5.3.1 A construção da ação coletiva

Diferentemente da ação individual, a construção da ação coletiva depende que sua estratégia seja articulada e coordenada pelos diversos grupos interessados em enfrentar uma situação na qual estão inseridos (HAGUETTE, 2005 apud MELO JUNIOR, 2007). E também envolve uma interação de objetivos e obstáculos, logo se trata de uma orientação intencional (MELUCCI, 2001 apud TEIXEIRA, 2013), que deve acomodar o comportamento individual de acordo com os interesses coletivos de modo a assegurar o engajamento dos vários grupos de interesse (OSTROM, 2007; MELO JUNIOR, 2007; TEIXEIRA, 2012). O que evidenciando a importância de uma liderança para a concretização da ação coletiva. Essa liderança exerce a responsabilidade pelas mobilizações populares, pois, conforme Levi citado em Gomes,

As instituições resolvem problemas de ação coletiva trazendo à tona contribuições de indivíduos que, por sua vez, não conseguem realizar seus desígnios a não ser que alguém (ou algumas pessoas) tenha o poder de coordenar, ou coagir termos e delimitar os efeitos das controvérsias (GOMES, 2012, p. 3).

Além da presença de líderes, com poder de coordenar e delimitar efeitos controversos, é essencial o engajamento das pessoas nas ações coletivas, o que depende ainda de um ambiente propício ao surgimento dos princípios que as sustentam.

4.5.3.2 Princípios da Ação Coletiva

Os princípios que sustentam a ação coletiva são: solidariedade, reciprocidade e cooperação. Significa dizer que o engajamento das pessoas em algo coletivo requer que estas sejam solidárias e cooperem umas com as outras, evidenciando a necessidade de interação que possibilite o surgimento desses comportamentos entre as pessoas (GOMES et al., 2008). O que demonstra a função das relações sociais, as quais evitam os problemas da ação coletiva, na medida em que possibilitam o surgimento do comportamento cooperativo, na medida em que são as responsáveis pelo desenvolvimento de laços entre os indivíduos (NORTH, 1990; BUENO, 2004; MULS, 2008; ATHAYDE; RIBEIRO, 2011; GOMES, 2012). Laços

estes que caracterizam um tipo de capital que tem sido considerado como fator determinante para o desenvolvimento das sociedades por se constituir nas características que possibilitam às pessoas agir cooperativamente (ATHAYDE, 2009). Permitindo concluir que, se as pessoas forem capazes de interagir poderão vencer a desconfiança e assim agirem cooperativamente, resolvendo o problema da ação coletiva que surge quando

diante de uma situação uma pessoa mesmo não contribuindo com sua parte em um esforço coletivo pode usufruir dos benefícios alcançados pelo grupo, nesse caso, as comunidades podem ser aprisionada em dilemas de ação coletiva. (...) em razão de as pessoas não perceberem os potenciais efeitos benéficos da cooperação e, nesse caso, se elas forem capazes de interagir de forma relativamente solidária durante algum tempo, é possível que a desconfiança inicial seja superada e eles aprendam a cooperar de forma espontânea (BUENO, 2011, p. 65).

Observa-se assim que as ações coletivas para se concretizarem dependem do comportamento solidário e cooperativo entre as pessoas, esse comportamento depende dos laços existentes, os quais são característicos do capital social, que tem sido considerado um fator de desenvolvimento das sociedades.

4.5.3.3 A Influência do Capital social na Ação Coletiva

Segundo Putnam (1993 apud Gomes et al., 2012), a eficiência das instituições, e da própria sociedade, é fortemente condicionada por um conjunto de características específicas da organização social, tais como laços de confiança, normas, sistemas, redes de interação e cadeias de relações sociais. É esse conjunto de características que constitui o Capital Social dessa sociedade. Portanto, deve ser considerado a base das estratégias de desenvolvimento, uma vez que o capital social é o responsável por assegurar a confiança mútua evitando que a desconfiança torne vantajoso o comportamento não cooperativo. Mas, para haver cooperação é necessário que as pessoas compartilhem valores e objetivos comuns, ou seja, que tenham um projeto comum (GOMES, 2012).

A cooperação pode tratar-se de ato pessoal e rotineiro, do qual muitas vezes não temos consciência, como pode ser um ato coletivo e organizado, que produz resultados sociais, econômicos ou políticos (DALLABRIDA; ZIMERMANN, 2009). A cooperação em uma governança se verifica no planejamento, gestão e execução de

estratégias e ações que podem ser em conjunto ou apenas alinhadas, entre pessoas ou organizações, possibilita a defesa de interesses comuns o que fortalece o arranjo e proporciona benefícios para toda a sociedade direta ou indiretamente envolvida (BÜTTENBENDER, 2010, p. 9). O que justifica a intervenção do Estado visando promover a cooperação, mas não se trata da imposição do Estado coercitivo (NORTH, 1990), e sim de uma atuação do Estado no sentido de propiciar o comportamento cooperativo (CONCEIÇÃO, 2008).

4.5.4 O Papel do Estado no Comportamento Cooperativo

Embora o Estado piramidal não consiga relacionar-se com organizações em rede, pois não possui estrutura, ânimo e mecanismos de incentivo para lidar com dinâmicas locais, segundo Beduschi Abramovay (2003), experiências europeia –o Programa LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural)– e norte-americana –o Programa EZ/EC (*Empowerment Zones and Enterprise Communities*), desenvolvido nos EUA desde 1993– mostram que a presença do Estado *tem um papel decisivo de imprimir estabilidade e fornecer parâmetros para o funcionamento da própria rede de iniciativas localizadas e voltadas à inovação no processo de desenvolvimento* (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003).

Segundo Evans (1996), citado em Conceição (2008), cabe ao Estado um papel destacado na geração de capital social. Pois, embora as instituições possam surgir espontaneamente, os mecanismos de ação coletiva podem ser criados conscientemente pelo governo com o intuito de atuar em uma determinada situação, vislumbrando solucionar conflitos e assegurar certa ordem. Conforme Conceição,

Ainda que Commons aceite que os costumes, as normas e as regras possam surgir espontaneamente, assinala o decisivo papel da ação coletiva consciente do governo na solução de conflitos entre as instituições, o que sugere que o papel das instituições (e dos mecanismos de ação coletiva) é assegurar certa “ordem” ao funcionamento do sistema. As decisões daí derivadas, ao se converterem em lei ou apoiadas no plano da política, tornam, dessa forma, as referidas instituições mais específicas, precisas e duradouras (Conceição, 2008, p.89).

Segundo Esteve (2009), em um processo de governança territorial cabe ao governo a tarefa de envolver os cidadãos na resolução dos seus próprios problemas,

cooperando com eles e melhorando a capacidade coletiva. Pois, é dessa capacidade que depende o desenvolvimento territorial. Logo, a intervenção do governo ocorre através da adoção de procedimentos informais que proporcionem a interação com os cidadãos, objetivando facilitar a cooperação entre os atores e setores, uma vez que o desenvolvimento territorial não depende apenas das ações dos governos locais, mas estes possuem um papel fundamental ao proporcionar um processo de governança democrático no sentido de capacitar os atores na organização do território (ESTEVE, 2009, p. 41). Nunes e Schneider (2012) ressaltam a importância do Estado na economia globalizada, pois as dinâmicas econômicas locais e regionais em suas relações com o global dependem da atuação do Estado, pois este tem o papel de regulador que, junto com as instituições, dá ordem às “regras do jogo”, tendo em vista a necessidade da sinergia entre os atores e o mercado para o desenvolvimento das economias. No entanto os autores advertem que,

não é o interventor rejeitado pela economia clássica que interfere negativamente de fora para dentro, mas instâncias locais e regionais de poder e autoridade que determinam as “regras do jogo” e promovem a interação institucional de forma democrática e transparente regulando e estimulando o desenvolvimento (North, 1990 apud NUNES; SCHNEIDER, 2012, p.5).

Conclui-se, assim, que a constituição de uma estrutura de governança territorial é possível mediante o entendimento de gestão de assuntos públicos a partir da cooperação entre atores sociais, econômicos e institucionais que possibilite aos atores/agentes e organizações/instituições territoriais atuarem no planejamento e consecução das ações (DALLABRIDA, 2007). Assim, na presente abordagem teórica, o desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança estrutural que é

empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (genéricos e específicos, materiais e imateriais) existentes no local, visando à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2010, p.10).

O presente estudo entende que o conceito de governança territorial é obtido a partir de uma junção dos vários conceitos aqui apresentado. Dessa forma, adota

como governança territorial uma estrutura composta de atores governamentais e não governamentais, constituída na capacidade de liderança locais cuja função está em coordenar ações coletivas visando resolver as questões sociais e econômicas.

Uma estrutura que se configura na colaboração entre estes atores, e que surge da interação entre estes, ao buscar discutir objetivos coletivos, logo não é copiada, trata-se de uma estrutura a ser criada em cada localidade, num esforço para criar ordem, assim como, para mitigar os conflitos e realizar ganhos coletivos.

No entendimento do presente estudo uma estrutura de governança trata-se de uma instituição, ou seja, um hábito de um povo, um costume, o qual não pode ser imposto. Contudo, para as localidades onde a pratica coletiva ainda não é um costume, trata-se também de uma nova prática a qual deve se institucionalizada e nesse sentido deve ser impulsionada pelo Estado. O qual deve intervir no sentido de proporcionar o surgimento de capital social suficiente capaz de possibilitar que a população de cada localidade possa pensar de forma coletiva.

CAPÍTULO V

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados, oriundos do processo de investigação do território de influencia direta dos investimentos do porto do Açú, especificamente no que diz respeito a indícios da existência de arranjos institucionais articulados para o desenvolvimento econômico.

Sinalizações vindas da vasta literatura internacional sobre o tema desenvolvimento econômico têm indicado que o mesmo processo depende de um arranjo institucional ou de uma estrutura de governança para gerenciar as formas como as unidades econômicas podem cooperar/competir. Esta afirmativa possibilitou a primeira pergunta da presente pesquisa.

Na opinião do (a) senhor (a), os investimentos direcionados para a infraestrutura portuária na região são direcionados pelas organizações locais visando assegurar o desenvolvimento econômico do território?

O informante pesquisador da área social, não explicitou opinião sobre a questão, indicou que o conceito de desenvolvimento tem se confundido com crescimento e que o recente processo de discussão sobre o tema tem apresentado diversas visões. E como exemplo de teorias que incorporam a discussão cita a teoria linear, a teoria da dependência e, dentro desta, a vertente marxista, acrescentando que mais recentemente a própria teoria do desenvolvimento incorpora elementos do desenvolvimento sustentável. No entanto, sugere que o ocorrido em São João da Barra não se enquadra em nenhuma dessas discussões recentes citadas. Trata-se de uma revisitação de um modelo dos arranjos produtivos de Marshall, do sec. 19, e adverte que isso foi proposto devido à necessidade de se articular melhor o processo de crescimento. Ele considera a primazia do Governo no contexto institucional, indicando que o território não tem um histórico de governos fortes, daí o seu pessimismo em relação à efetivação do desenvolvimento.

Outros quatro informantes compartilham da opinião de que o desenvolvimento não se efetivará na região. Para a informante representante da ASPRIM, o que está acontecendo é o contrário de desenvolvimento, pois a riqueza que está sendo gerada no território vai melhorar a vida de poucos e não gerará prosperidade para a

população, pois prosperidade, na definição dessa informante, refere-se a melhoria em todo sentido. Ela completa afirmando que desenvolvimento possibilita que as pessoas exerçam de fato sua cidadania, alcancem o direito de serem mais respeitadas e alcancem melhor qualidade de vida, em função dos investimentos em saúde, educação e transporte. Em sua opinião, nesses quatro anos de obras do porto, a prosperidade está andando para trás, e conclui: *“É como se o desenvolvimento estivesse andando para trás para os agricultores”*.

Converge com essa posição aquela do representante do Sindicato Rural de São João da Barra, que entende que o desenvolvimento ocorrerá apenas para o Grupo EBX, o qual teria chegado expulsando a população de suas terras. E, também, do informante representante de organização social de São João da Barra, que afirma que para a população, provavelmente, ficará apenas o bônus desse empreendimento.

Divergindo dessas opiniões, o informante representante do SEBRAE indica que não há como ter desenvolvimento sem gerar problemas e, assim, o que ocorre no território é uma consequência natural do desenvolvimento, e sugere: *“Se faz necessário o desenvolvimento de ações que visem mitigar esses problemas”*.

O representante da FENORT defende que ainda não se tem desenvolvimento na região, pois os investimentos em primeiro momento só foram capazes de promover piora na qualidade de vida das pessoas, como no aumento do tráfego e na demanda por moradia.

Na opinião do (a) senhor (a) o território, compreendido esse como os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, possui um arranjo institucional articulado visando à adaptação da população local a esse contexto de mudanças?

No resultado dessa segunda, verifica-se a existência de convergência entre os informantes para a existência de uma estrutura de governança, pois dos onze informantes, dez entendem que o território possui esse arranjo, conforme sintetizado abaixo.

Dentro dessa convergência, os atores justificam suas afirmações através das ações que já desenvolviam antes mesmos da implantação do CIPA, dentre estes

estão a UENF, a FENORT e a FUNDECAM. O Informante representante do FUNDECAM defende que a interação entre as organizações é constante e cita como exemplo, a capacitação de empreendedores realizada em parceria com o SEBRAE, cujo objetivo é possibilitar que quando o empreendedor receber crédito possa também ter acesso a treinamento gerencial.

Em outra direção está o SEBRAE, a SMASJB. Segundo representante do SEBRAE, este possui uma boa articulação com a empresa LLX, a qual resultou num projeto no intuito de inserir a MPE nesse processo de mudanças. Projeto que tem por objetivo capacitar os empresários das MPE para atender a demanda do porto, uma vez que este possui exigências às quais os empreendedores do território não estão preparados para atender. No entanto, acrescenta que, excetuando a parceria com a LLX, tem apenas algumas ações em parceria com a FIRJAN.

Segundo o representante da SMASJB, esta também desenvolve ações em conjunto com a Empresa LLX. Esse informante ressalta que é primordial pensar em como inserir o produtor agrícola nesse processo, no entanto, reconhece que a inserção deste será na produção agrícola, pois é isso que o produtor rural sabe fazer. Explica ainda o esforço dentro do plano diretor para que se conservassem as áreas tradicionais de produção do município, e acrescenta que é necessário desenvolver ações para manter o trabalhador rural no campo.

Os informantes representantes do SRCG, SRSJB e da ACIC, apresentam posições convergentes, entendem que o território possui um arranjo institucional. Porém, enquanto para primeiro, tal arranjo não ouve a população local e assim age de acordo com o que entende ser bom para o município o segundo diz que: *“Falta é vontade política de querer fazer para a população local, pois até o presente momento o que foi feito foi para beneficiar o grupo que está vindo de fora”*. Para o representante da ACIC, as organizações do território agem individualmente e sugere que para enfrentar as mudanças que estão ocorrendo no território é necessário que as organizações, atuem em união de modo a somar forças.

Já o argumento do informante, pesquisador de políticas sociais é que se houvesse uma articulação entre as instituições pensando a adaptação local, os grupos de pesquisas já consolidados no território tais como: aqueles que promovem discussões sobre as características da região; aqueles que têm tentado pensar em

torno de um projeto alternativo para região; e aqueles que discutem a questão dos royalties, não teriam sido ignorados. E, então, conclui afirmando que “*essa chamada sociedade organizada não tem uma visão de desenvolvimento, mas estão aferradas a uma visão de crescimento*”.

A representante da ASPRIM argumenta que na região a população tem que escolher entre estar do lado do governo e dizer sim a tudo que esse governo quer, ou buscar a independência e ser massacrada pelo poder público e empresa privada. Dessa forma, as associações foram cooptadas pelo governo municipal por não apresentarem autonomia para estar do lado dos agricultores. E, assim, foi necessário fundar uma nova associação, pois as que existiam não iriam combater nada que o governo municipal tivesse apoiando. E acrescenta que “*este governo em momento algum exigiu que se inserisse o agricultor no processo de desenvolvimento*”. Logo não existe uma articulação no sentido de promover a adaptação do agricultor que é um dos maiores prejudicados nesse processo.

O informante representante do SENAI diz que “*pelo menos entre as instituições de ensino não há*”. Mas que sua instituição desenvolve cursos em parceria com a empresa LLX, cujo objetivo é capacitar profissionais para atuarem nas novas demandas que estão surgindo em virtude da implantação do CIPA e acrescenta: “*Esta é uma forma de inserir a população local neste processo*”.

Poderia opinar sobre o processo de interação entre os atores ao planejar e coordenar ações visando solucionar conflitos e assegurar o engajamento das pessoas nessas ações?

Todas as opiniões convergiram para a não existência de tal processo. Contudo as opiniões podem ser divididas entre aquelas que acusam o poder público e o grupo responsável pela implantação do empreendimento de atuarem de forma a agravar os conflitos no território e aquelas que entendem que a posição destes está correta.

Na opinião do informante pesquisador o Estado e o grupo EBX coordenaram a invasão das terras dos produtores agrícolas, no entanto os conflitos gerados devido a essas desapropriações foram tratados de forma autoritária e violenta. Através de ações unilaterais do Estado, muitas vezes em conjunção com o grupo

EBX, aprofundando conflitos e desrespeitando os direitos civis dos cidadãos. Direitos que não foram respeitados nem mesmo diante de denúncias de salinização do solo provocadas pelas atividades de aterro do porto, pois nem o Estado nem o Grupo EBX organizaram-se para verificar a veracidade de tais denúncias. O que em sua opinião demonstra a falta de coordenação desse processo no território.

Para o Informante representante do SRSJB, não há um trabalho pensando a interação entre a população e as empresas responsáveis pelo empreendimento. A liderança que se diz insatisfeita e descrente em relação a instalação do CIPA lamenta que as decisões que envolvem a população e o porto sejam tomadas de cima, ao invés de ser promovida uma discussão com a população local e ressalta: *“Não sou contra o progresso sou contra o desrespeito com que tem sido tratado o homem do campo, o qual não tem voz”*.

A mesma liderança esclarece que a forma de relacionamento que existe hoje entre a população e o grupo responsável pela implantação do CIPA é a audiência pública, mas argumenta que *“esta só vêm comunicar, ela não vêm ouvir o cidadão sanjoanense [...] tudo o que se argumenta nessas audiências tem uma resposta que não nos convence, mas é a que prevalece”*. E diz, ainda, que assim o foi quando argumentou sobre as consequências do barulho do mineroduto para as pessoas e para os animais, e da poluição para a agricultura de verduras sensíveis, em nenhum dos casos foi ouvido.

Para o representante do SEBRAE, a articulação de uma estratégia junto às entidades de classe é um desafio, pois essas possuem dificuldade em participar de ações conjuntas, seja por falta de conhecimento da missão da entidade, seja por falta de interesse pelo coletivo. Dessa forma, a solução encontrada pela organização, em um primeiro momento, foi "formatar" junto com a empresa LLX, um modelo de inserção da MPE no processo, ou seja, primeiramente o desenvolvimento da “espinha dorsal” do projeto, que está em fase de planejamento e em um segundo momento a apresentação do projeto para a sociedade.

O representante do SRSJB afirma que interage com as demais organizações, pois participa de todas as reuniões e eventos para os quais é convidado. E quando é questionado em relação à relevância de ações coordenadas no território, opina: *“Seria muito importante uma coordenação que pensasse no agricultor, porque esse*

tem sido marginalizado”. E argumenta que a UENF tem demonstrado, devido aos trabalhos desenvolvidos em prol da agropecuária, ser uma organização que poderia estar à frente dessa coordenação. E comenta: *“Esse seu trabalho eu tenho esperança que ele resulte em melhorias para o setor agropecuário”*.

Já o Informante representante do SRCG, entende que não haja ações coordenadas específicas para o local, o que pode haver em sua opinião, são algumas ações para a região. Entretanto, completa a liderança, não acredita que exista uma coordenação de ações que considerem as especificidades do local.

Para o representante do SENAI, além de não haver uma interação entre as organizações, em sua opinião, não há possibilidade de articulação entre as organizações visando um objetivo comum. Pois as instituições de ensino, embora possuam o mesmo objetivo, atuam de maneira individual.

O informante representante da SMASJB, que ora se identifica como secretário da agricultura, ora como pesquisador da UFRRJ, justifica que embora as parcerias ainda sejam tímidas, elas ocorrem com outras instituições públicas. E cita ações da UFRRJ como: o processo de difusão de tecnologia junto aos produtores há algum tempo; recente parceria com a LLX; e estreito relacionamento com a FUNDENOR e com a PESAGRO, no sentido de desenvolver a agricultura.

Enquanto secretário relata ainda que possui parceria também com as associações de classe, para as quais a LLX fornece as máquinas e a secretaria fornece o óleo e manutenção. E finaliza dizendo que tem um contato bom com todas as associações exceto com uma que tem se colocado em posição contrária às decisões do município, mas todas que querem, e ou solicitam os seus serviços, têm sido atendidas e que, dessa forma, não entende por que os agricultores reclamam.

Segundo o representante do FUNDECAN, o Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável – COMUDES, criado no município de Campos dos Goytacazes através da lei nº 8.217, de 24 de março de 2011, é um esforço para fortalecer as relações sociais entre as organizações do território.

O Informante da FENORTE reconhece que O COMUDES é uma forma de fortalecimento das relações sociais, no entanto, em sua opinião, as ações estão muito direcionadas pela prefeitura, sendo necessário que haja algumas mudanças. E

acrescenta ainda que sua organização atuará de forma mais efetiva nesse sentido com o Parque Tecnológico, em planejamento, pois envolverá vários atores do território. O informante representante da UENF, também entende que a criação do parque tecnológico auxiliará no processo de interação entre a sua organização e as demais e sugere que uma melhor compreensão do processo de interação entre a universidade e a sociedade pode ser obtida a partir de uma entrevista com o diretor da Agência de inovação, pois esta é o mecanismo de articulação entre a universidade e a sociedade. Este contato, entretanto, não ocorreu em função da indisponibilidade de agenda do dirigente.

Outras mensagens que surgiram no decorrer das entrevistas, embora não respondessem à questão colocada no roteiro, auxiliam na compreensão do problema de pesquisa. Tais mensagens colocam em evidência a opinião das lideranças a respeito da cultura local e do capital social presente no território e ainda demonstram que existe uma dependência dessas lideranças em relação à iniciativa do setor privado representado pela empresa LLX.

Segundo argumento do representante do SENAI, a dificuldade de inserção da população local nesse processo está no costume do local. Pois em sua opinião, esta população não tem o hábito de se envolver, logo ainda não teria tomado consciência da dimensão das mudanças que já estão ocorrendo no território e que ainda vão ocorrer. Finaliza, então, afirmando que é essa característica cultural que dificulta a participação da sociedade nesse processo.

Para o Informante representante das MPE, o desenvolvimento econômico do território depende de uma mudança cultural local, de modo que as pessoas possam então interagir para discutir uma ação, pois no atual momento, em sua opinião, as pessoas não se dispõem a participar para discutir. Segundo a liderança, elas querem pronto, querem saber onde e como levar vantagem e então conclui que o desenvolvimento vai ocorrer somente no longo prazo e na medida em que haja uma mudança na cultura local.

Para o Informante representante da ACIC, muito se discute sobre as mudanças que irão ocorrer no território, contudo, não há ações no sentido de uma melhor adaptação da população. E argumenta que para enfrentar os obstáculos que estão ocorrendo na região se faz necessário somar forças entre as organizações e

acrescenta: *“Nós, da ACIC, estamos realizando várias reuniões com os empresários com o propósito de organizar um fórum de desenvolvimento dentro de dois meses, no qual contará com as associações comerciais e prefeitos, tanto da região norte como da região noroeste fluminense”*.

A ausência de ações coordenadas visando minimizar ou mesmo sanar os conflitos gerados com a implantação do CIPA teve um reflexo positivo para os agricultores na opinião do PPS. Pois o embate entre os agricultores, poder público e a grande empresa fez com que os primeiros percebessem que não podem se colocar no papel de vítima esperando por "esmolas" do Grupo EBX. E, como resultado desse descaso do Estado, emerge uma organização social voluntária, o que pode ser benéfico para o aumento do estoque de capital social no território, conforme relata o pesquisador.

A ASPRIM se revelou uma surpresa por se tratar de uma força de resistência que luta contra essa a ação destrutiva do Porto do Açú. Confesso que fiquei surpreso dessa instituição ter conseguido apontar qualquer nível de resistência a partir de um agrupamento de agricultores que tinham baixíssimo nível de experiência nesse tipo de embate. Trata-se de um combate muito desigual, entre um grupo de agricultores, que jamais tinha tido qualquer experiência de organização política de enfrentamento contra o governo do Estado, governo federal, governo municipal e um grande conglomerado internacional. E a ASPRIM, que não obteve ajuda nem dos sindicatos da região, foi capaz de gerar uma dinâmica que acabou polarizando pessoas da UENF, UFF, IFF. Tenho que reconhecer que uma liderança endógena se tornou militante e de um modo peculiar dessas pessoas, se tornaram pessoas muito ativas politicamente.

Embora a ASPRIM tenha sido formalizada nesse momento de conflito, o trabalho em defesa do agricultor já existia há alguns anos. Conforme relato da representante da associação, sua atuação em prol dos agricultores iniciou com sua chegada à região, há aproximadamente 17 anos. Quando percebeu a dificuldade que a agricultura familiar enfrentava começou a reivindicar melhorias para os produtores rurais junto ao poder público. Explicou então que através de seu programa “vida rural” na rádio difusora, denunciava injustiças, solicitava melhorias das estradas e melhores condições para a agricultura familiar. E argumenta: *“Levo essa atividade muito a sério [...] o governo devia dar mais suporte a essa atividade que é árdua, mas é maravilhosa”*.

A representante da ASPRIM faz severas críticas ao governo local, pois em sua opinião o apoio do governo às atividades produtivas do território nesse momento se reflete através de favores aos atores dependentes da parceria com o Grupo EBX. O qual, em sua opinião, se aproveita da vulnerabilidade em que a população se encontra, devido a falta de informação e orientação, e faz um trabalho psicológico assustador para amedrontar e causar insegurança e, assim, os retirar de suas terras sem resistência.

Dependência que é criticada pelo informante pesquisador, o qual entende que *“esse grupo não tem interesse em promover ações que beneficiem a localidade, pois a melhoria do modo de vida do povo de São João da Barra não é um problema desse aglomerado”*. Este, em sua opinião, deveria ser um problema local, da prefeitura ou mesmo dos governos estadual e ou federal ao imporem salva guardas que inibissem o empreendedor de agir de forma oportunista, pois *“a prioridade do Grupo EBX não é parcerias que beneficiem a população, a prioridade desse Grupo é o lucro”*. Logo, não é conveniente que se transfira para este uma responsabilidade que não é sua, pois nenhuma corporação vai investir em algo que não lhe traga ganho econômico efetivo.

A melhoria da qualidade de vida da população não está no conjunto de suas prioridades. Ele afirma que tal fato explica em parte a articulação com o Governo do Estado e o conseqüente processo de desapropriação em benefício do empreendedor, sem a preocupação com a melhoria de qualidade de vida das pessoas. Questiona como poderia o município de São João da Barra atribuir ao Grupo EBX a proposta do plano diretor, pois deveria ser óbvio que o empreendedor iria ordenar o território a seu bel prazer e argumenta que isso é mais uma demonstração da fragilidade do controle institucional.

Uma opinião que também é defendida pelo representante das MPE, ao argumentar que *“a LLX tem demonstrado interesse em atuar em parcerias nos projetos com cunho de capacitação das MPE, mas essa não é uma prioridade dos representantes da empresa [...] a prioridade desses é cuidar de seus negócios, o que é perfeitamente compreensível”*.

Opinião divergente possui o representante da SMASJB, o qual relata que a LLX propôs-se a fazer um plano de compensação em que todas as metas propostas

através da UFRRJ foram atingidas, embora observe que as pessoas que foram para a Vila da Terra¹¹ não estão satisfeitas. “Outra preocupação que tivemos foi que o Plano Diretor destinasse 51% de todo o seu território para ações de agropecuária”.

A liderança argumenta ainda que as críticas de algumas pessoas dirigidas à sua secretaria são infundadas, pois, tais críticas afirmam que a agricultura de São João está regredindo/retroagindo, no entanto alega que há por parte dele uma grande preocupação com a agricultura e que dentro das metas propostas, a agricultura familiar tem evoluído. O grande problema estaria na falta de mecanismos para mensurar essa evolução.

O pesquisador social relata ainda sua preocupação de que em um futuro próximo, o descaso do Estado seja com os desapropriados ou com os transtornos que o crescimento gerado pelo empreendimento irá provocar no território. O mesmo processo de crescimento desordenado ocorreu no Município de Macaé, com a chegada da Petrobrás naquele município, o qual apresenta níveis altíssimos de violência, problemas com drogas, invasão de áreas ecologicamente sensíveis. O pesquisador argumenta esse é resultado de um modelo de crescimento para fora.

Para o informante representante das MPE o modelo desenvolvido em Macaé tem apresentado ótimos resultados para as MPE da região, e argumenta que as pessoas aqui tem medo da perda de poder. O que justifica a resistência ao CIPA, pois este representa um processo de mudança, principalmente de poder, como ocorre em Macaé, onde o poder está concentrado na Petrobrás, pois tudo gira em seu redor.

Ao ser questionado sobre a posição alheia da UENF em relação a esse processo, o informante pesquisador rebate.

A UENF não está alheia a esse processo o problema é que quando as pessoas procuram as universidades públicas falando em parceria na verdade elas estão buscando cumplicidade... logo a melhor forma da universidade contribuir com o desenvolvimento é oferecer uma reflexão de forma autônoma e crítica sobre as limitações desse modelo que foi implantado no território.

¹¹ Para minimizar um emergente sentimento de injustiça contra centenas de agricultores familiares, o Grupo EBX estabeleceu uma aldeia rural para receber as famílias expulsas de suas fazendas. Vila da Terra foi apresentado pelo Grupo EBX como um modelo para o reassentamento justo (PEDLOWISK; ALVARENGA, 2013).

Convergente com a opinião de cumplicidade está a informante representante da ASPRIM, a qual alega que as parcerias entre a empresa LLX e as universidades impediram que essas fossem contra as decisões da empresa. Exceto alguns professores, conforme o relato da informante ao resgatar o processo de fundação da ASPRIM, “*Buscamos ajuda com os professores da UENF, UFF e IFF. Alguns professores nos ajudaram apenas alguns, porque muitos fizeram parcerias com a empresa e quando você faz parceria você fica impedida de dizer o que você quer ou o que você pensa, então o professor quando faz um projeto em parceria com a empresa ele vai dizer sim para tudo o que a empresa disser*”.

Em relação ao desenvolvimento econômico, o informante pesquisador diz que o Brasil precisa resolver dois problemas: o acesso ao crédito, e cita como exemplo, “*A ASPRIM, uma associação de produtores agrícola, não recebeu e nem recebe nenhum tipo de apoio do governo, quer municipal, estadual ou federal, e também não obteve nenhum tipo de aporte financeiro do BNDES. Contrariamente, o empresário Eike Batista, que é um especulador como é de conhecimento de todos, pegou carona com uns grupos para pegar apoio do BNDES*”; e a organização de uma ação política, pois “*não há como modificar a relação no Estado se você não tiver uma ação política organizada*”.

A seguir é apresentado um quadro síntese das abordagens realizadas junto aos representantes dos diferentes grupos de interesse, de maneira a facilitar um melhor entendimento da presente avaliação.

Organizações	<i>Desenvolvimento econômico depende de um processo de governança institucional!</i>	<i>Existe um processo de governança institucional em operação, voltado para o desenvolvimento do território?</i>	<i>Existem estratégias para fortalecer a interação entre os agentes e facilitar a ação coletiva?</i>
ACIC	<i>Sim. É importante ações no âmbito coletivo</i>	<i>Não há ações visando a adaptação da população.</i>	<i>Ações de atração do corpo associado</i>
ASPRIM	<i>Entende que desenvolvimento teria que gerar prosperidade e não riqueza pra poucos</i>	<i>Não há ações visando a adaptação dos produtores rurais</i>	<i>Inexiste</i>
FENORTE	<i>Sem um processo de interação entre as instituições, não há</i>		<i>Investe em pequenas e grande empresas de base tecnológicas,</i>

	<i>desenvolvimento.</i>		<i>com o DNA local</i>
FUNDECAM	<i>O desenvolvimento depende da atuação de todos os atores</i>	<i>há um processo de constante interação com várias organizações</i>	<i>O COMUDES é uma maneira de fortalecer esse processo de interação</i>
SEBRAE	<i>Desenvolvimento traz problemas. É importante ações mitigadoras</i>	<i>Trabalha em parceria com a LLX, visando capacitar a MPE.</i>	<i>Atua isolado no desenvolvimento da “espinha dorsal” do projeto ... para depois apresentar à sociedade”</i>
SENAI		<i>Inexiste</i>	<i>Trabalha em parceria com a LLX visando capacitar profissionais.</i>
SENAI		<i>Inexiste</i>	<i>Trabalha em parceria com a LLX visando capacitar profissionais.</i>
SMASJB	<i>Há uma preocupação com a descaracterização do título de município essencialmente agrícola.</i>	<i>A UFRRJ desenvolve um processo de difusão de tecnologia junto aos produtores em parceria com a LLX.</i>	<i>Interação com a FUNDENOR e a PESAGRO no sentido de desenvolver a agricultura</i>
SRCG	<i>O desenvolvimento depende de organizações que fortaleçam as atividades local.</i>	<i>Existe, porém a população local não é ouvida.</i>	<i>Se envolve em projetos visando a melhoria da nossa classe</i>
SRSJB	<i>O desenvolvimento somente beneficiará o grupo X</i>	<i>Falta vontade política do parte do governo</i>	<i>o que existe são audiências públicas que não resolve, pois ela só vem comunicar.</i>
UENF (pesquisador)	<i>Essa região tem instituições fracas para oferecer um contraponto.</i>	<i>O Estado brasileiro emprega a tática americana do Vietnã contensão localizada do conflito.</i>	<i>A modificação no controle das oligarquias do Estado depende da ação coletiva</i>
UENF	<i>O arranjo institucional é de extrema importância para o desenvolvimento econômico da região</i>	<i>Sim. Informação sobre ações em planejamento</i>	<i>Não respondeu.</i>

Quadro 16: Unidades de análise.

Fonte: Elaboração própria (2013).

CAPÍTULO VI

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS

A presente dissertação avaliou o território que está sob influência direta do Porto do Açu, especificamente os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra - RJ, considerando os seguintes aspectos da economia institucional: a) as instituições determinam o processo de desenvolvimento de uma nação, b) processo de governança e, c) coordenação para a ação coletiva. O processo de abordagem ocorreu através de pesquisa de campo junto aos representantes das organizações públicas e privadas, com poder de influenciar o resultado econômico do território em análise.

Ao verificar se o território em análise apresenta semelhanças com o arranjo institucional teórico, observa-se que embora os informantes entendam que o desenvolvimento econômico depende da atuação das organizações, constata-se um desacordo entre a atuação desses atores e a literatura, excetuando a criação da ASPRIM, a qual corrobora a literatura, o que foi evidenciado nas seguintes situações:

- 1) Enquanto a literatura aborda que no sistema de troca impessoal a cooperação voluntária depende de mecanismos que assegure ganhos mútuos, ou seja, não ocorre de forma autônoma. No contexto local não foi desenvolvido nenhum mecanismo visando assegurar ganhos mútuos nas transações entre produtores rurais e a empresa privada. O que resultou em um ambiente de incertezas e conflitos, levando o Estado a intervir de forma coercitiva, sendo esta outra ação que é contrária à literatura.
- 2) Conflitos e incertezas que teriam sido amenizados caso se tivesse considerado dois pressupostos do comportamento humano, o oportunismo e a capacidade limitada. Pois no processo de desapropriação de terras pelo Estado, não se observou a presença de mecanismos no sentido de evitar o comportamento oportunista dos agentes que se instalariam no território, e nem de comunicação com a população. Mecanismos que a literatura aborda como necessário para inibir o oportunismo e minimizar o grau de incerteza e assim possibilitar a cooperação entre as partes nesse contexto de mudança.

- 3) Diante de uma mudança institucional, a literatura aborda que a capacidade de resposta de um sistema é determinada pelas instituições e organizações existentes, no entanto os atores responsáveis pela tomada de decisão não reconhecem essa responsabilidade, pois atribui a falta de engajamento da população à cultura local. Fato que foi observado quando esses dizem que o desenvolvimento só vai ocorrer quando houver uma mudança cultural, pois a população não tem o hábito de participar.
- 4) Outra contradição pode ser observada, quando o informante pesquisador social, afirma que o território tem um histórico de governos fracos para efetivar o desenvolvimento. Uma demonstração de que desconhece que a literatura defende um duplo papel do Estado no desenvolvimento: no nível macro, a fim de garantir um ambiente institucional capaz de assegurar direitos de propriedade eficiente; e no nível micro na composição e articulação de um arranjo institucional para governar as formas como as unidades econômicas vão cooperar, ou seja, não é apenas os governos que são fracos, nesse caso seria o conjunto de instituições locais.
- 5) Esse enfraquecimento das instituições locais é percebido na criação da ASPRIM, pois essa instituição foi criada diante desse contexto para atuar em defesa dos produtores rurais, uma vez que as instituições existentes não ofereceram nenhuma resistência ao poder público, e sendo assim não resolvem os problemas da classe que representam. Esse evento não entra em contradição com a literatura, pois essa defende que, embora a função da instituição seja padronizar comportamentos, elas evoluem visando melhor resolver os problemas humanos (NORTH, 1990).

Em relação ao processo de governança no território, apesar da percepção de oito informantes convergirem para a presença desse processo, novas contradições podem ser identificadas. Pois nas ações em desenvolvimento e/ou em planejamento, não se verifica a articulação de um objetivo comum entre os atores. Contradizendo assim a literatura que aponta que a estrutura de governança é possível mediante o entendimento de gestão de assuntos públicos a partir da cooperação entre atores sociais, econômicos e institucionais cujo objetivo seja a coordenação entre diferentes atores visando discutir e definir objetivos coletivos nos ambientes fragmentados e incertos.

A literatura orienta ainda para o entendimento que a cooperação de uma governança se verifica no planejamento, gestão e execução de estratégias e ações que podem ser em conjunto ou apenas alinhadas entre pessoas ou organizações. No entanto foi observado a ausência de:

- 1) Coordenação entre diferentes atores visando discutir e definir objetivos coletivos, verificado na opinião de quatro informantes que entendem que o processo de governança existe, mas que não contempla a população local, pois estabelece políticas de acordo com os critérios estabelecidos por eles e sem ouvir a opinião local, o que comprova que não houve definição de objetivo coletivos.
- 2) Interação entre os agentes econômicos, sociais e políticos, o que se observou foi apenas interação entre duas empresas o que resultou em parcerias entre essas, seja entre SEBRAE e LLX, seja entre SENAI e LLX.
- 3) Objetivos coletivos, outras as ações como, institucionalização da escola de extensão, planejamento de parque tecnológico, fóruns de desenvolvimento, fornecimento e / ou manutenção de máquinas agrícola, oferta de crédito e de capacitação, visam atingir objetivos específicos e não condizem com uma estrutura de governança, conforme apontado na literatura.
- 4) Interação entre os atores, embora o ator privado - a empresa LLX - dizer que possui um modelo de gestão do território com a participação da sociedade civil, apenas SEBRAE, SENAI e o agente público local demonstra interagir com esse ator evidenciando mais contradições com a literatura.

Na terceira questão, embora as respostas convirjam para confirmar a existência de um processo de interação entre os atores, não se identifica um esforço destes no sentido de articular uma estratégia em conjunto ou assegurar o engajamento dos diversos grupos de interesse nas ações propostas pelas organizações. As quais alegam que a população local não possui o hábito de participar de ações conjuntas.

E assim os atores ignoram ou desconhecem que, grande parte dos integrantes de grupos de interesses não irá promover objetivos comuns por livre vontade. Um desconhecimento que os levam a acreditar que é a cultura local que impede as pessoas de discutirem alternativas e planos para o desenvolvimento local, pois essas pessoas não gostam de participar de algo que não conhecem o resultado. Diante dessa crença planejam projetos e depois apresentam à sociedade, sem no entanto atuar para assegurar a cooperação das pessoas em suas ações, sendo verificado que esses atores desconhecem que:

- 1) As relações sociais evitam os problemas da ação coletiva, os quais impedem cooperação voluntária, no entanto, as formas de relações propostas são as audiências públicas, as quais na opinião de uma liderança, só veem comunicar e não interagir com a população.
- 2) Os líderes seriam os únicos e verdadeiros guias, responsáveis pelas mobilizações populares e pelas ações coletivas.
- 3) A construção da ação coletiva exige uma estratégia articulada e coordenada pelos diversos grupos interessados em enfrentar uma situação na qual estão inseridos. Os atores locais não articulam uma estratégia com os vários grupos de interesse, o que ocorre são apenas parcerias entre duas organizações.
- 4) A ação coletiva é sustentada pelos princípios norteadores da solidariedade, da cooperação e da reciprocidade. No entanto, mesmo reconhecendo que a cultura local é individualista, apenas uma única informante diz visitar as famílias que foram desapropriadas toda semana a fim de prestar apoio. Entre os demais atores não se verificou nenhuma ação que vise proporcionar o surgimento dos comportamentos solidários e cooperativo.
- 5) A institucionalização remete ao caráter coletivo de experiências comuns de um grupo. Não foram verificadas ações visando transformar e assegurar que a população mude de hábitos individuais para hábitos coletivos.
- 6) Cabe ao Estado o papel de geração de capital social a partir de uma interação institucional de forma democrática e transparente regulando e estimulando o desenvolvimento. No entanto, o que se observou foi um Estado que intervém através da força policial e medidas judiciais o que contribuiu para aumentar os

conflitos, pois a população o acusa de usar seu poder para privilegiar pequenos grupos.

Assim foi verificado que, ao optar por agir individualmente, os atores deixam em dúvida se conhecem que as questões sociais envolve os problemas de custos de transação e os dilemas da ação coletiva. E que tais problemas exigem estratégias diferentes. Tal desconhecimento explicaria a busca da cooperação coletiva através de estratégias indicadas para transações entre duas partes, ou seja, estratégias que buscam minimizar os custos de transação, mas que não compreende os dilemas da ação coletiva e como resultado não existe um projeto comum no local.

Especificamente, no presente objeto de análise, mecanismos utilizados, como as audiências públicas, não surtem o efeito desejado pelas lideranças e nem asseguram o engajamento dos grupos na ação coletiva. Por outro lado, as lideranças transferem a responsabilidade pelas dificuldades na implantação dessas ações para a cultura local.

No entanto, o Estado, enquanto agente do contexto local, não norteia suas ações pelos princípios da solidariedade e da cooperação que sustentam a ação coletiva. Como gestor de política pública local, parece não compreender a insatisfação dos agricultores no que diz respeito às desapropriações imputadas a partir do projeto imposto pelo Estado. Neste caso, a expectativa de cooperação se transformou em um espaço de grandes conflitos sociais.

Conflitos esses que evidenciam que as parcerias entre algumas organizações e o empreendedor, buscando uma maior inserção do território ao projeto, parece não ter atingido o sucesso esperado.

Os indicadores de qualidade do trabalho, emprego no comércio, nível do valor adicionado fiscal, investimento público, apresentados no capítulo 2, evidenciam que o desenvolvimento econômico depende do crescimento econômico, contudo não é resulta automaticamente desse. Pois os investimentos de R\$2,0 bilhões direcionados para a região não se materializaram em melhoria na qualidade de vida da população. Verifica-se que além do número de emprego e a renda não terem uma evolução de acordo com as expectativas, os gastos nas áreas de saúde, agricultura e saneamento também não surtiram efeito. O que corrobora que o

desenvolvimento requer uma intervenção no sentido de direcionar e conciliar eficiência econômica e eficiência social.

A responsabilidade por essa intervenção cabe ao ambiente organizacional local segundo a literatura, no entanto as instituições não governamentais constituídas, excetuando a ASPRIM, apresentam forte dependência e submissão ao poder público. Ou seja, essas lideranças, não possuem o hábito de intervir no processo decisório, apresentando uma posição passiva diante do poder público.

Conclui-se então que a estrutura institucionalizada no território se exime da coordenação da ação coletiva, pois está estruturado visando à governança entre duas partes, um modelo que é apontado na literatura como eficiente apenas para reduzir custos de transação. Dessa forma, o arranjo institucional local, não está capacitado para atuar nos problemas do território, os quais são caracterizados como problemas de ação coletiva, pois envolvem empresa privada e a população de forma geral, e especificamente os produtores rurais.

Evidencia-se que o grande desafio do território é aceitar que o desenvolvimento econômico depende da cooperação voluntária de todos os envolvidos no processo produtivo. Superar esse desafio passa pela mudança institucional, pois as velhas práticas clientelistas ou assistencialistas devem ceder lugar a uma prática onde a transparência e o profissionalismo possibilite a participação cidadã, ou seja, o desafio está em aceitar o “paradigma da cooperação”, para criar uma estrutura de governança territorial com a participação dos vários grupos de interesse. Um paradigma que depende de que as lideranças locais rompam com a crença da cooperação apenas entre duas partes e reconheçam os benefícios da atuação da cooperação coletiva.

Assim o presente estudo ao adotar que uma estrutura de governança territorial surge da interação entre os diversos atores do território e se configura na colaboração entre estes ao buscar discutir objetivos coletivos. Logo, como não pode ser copiada, trata-se de uma estrutura a ser criada em cada localidade. Por tanto, pode se constatar que o desenvolvimento econômico do território depende do processo de institucionalização de uma nova instituição, um novo costume, ou seja, a instituição de governança territorial. O que se pode concluir que o desenvolvimento

depende de uma mudança institucional, seja esta entendida como os hábitos da população ou como as regras que moldam a interação entre as pessoas.

Assim a lacuna demonstrada no início do trabalho, sugerindo que a perspectiva microinstitucional não compreende análises de arranjos de governança envolvendo sistemas produtivos com muitos atores, por se tratar de estruturas que exigem o estudo da gestão de diferentes grupos. Trata-se de uma lacuna preenchida pelos estudos de Ostrom (2007), a qual trata a ação coletiva de recursos naturais e indica que a governança coletiva como uma instituição social. Uma instituição que não pode ser imposta, mas que o problema dos sistemas socioeconômicos está nos decisores políticos que preferem usar receitas universais “verdadeiras panaceias” ao invés de experimentar a governança coletiva.

Cabe lembrar que essa lógica específica, no território em análise, foi atribuída a empresa privada. A qual apresenta como solução um projeto de Gestão Integrada de Território, o que seria um modelo participativo envolvendo poder público, empresas, organizações da sociedade civil, instituições de educação e lideranças regionais na construção de soluções sustentáveis para o desenvolvimento do município. Uma lógica que se comprovou ineficiente, evidenciando que sendo a ação coletiva de interesse público, sua coordenação não pode ser atribuída a uma empresa privada, a qual possui interesse individual.

6.1 Limitações e Contribuições do Estudo

A dificuldade de acesso aos atores se configurou em uma limitação da pesquisa. É possível que a utilização de outros meios de coleta de dados e também a utilização de empresas especializadas para essa atividade minimize tais limitações e revele resultados mais concisos.

O estudo trata-se de uma contribuição autônoma e crítica da universidade para uma reflexão sobre as limitações desse modelo de desenvolvimento que foi implantado no território.

Contribui ainda de forma relevante para o desenvolvimento do estudo na área da Economia Institucional, assim como possibilita uma abertura de frentes de pesquisas na área da Governança Territorial.

6.2 Sugestões para Estudos Futuros

Levando em conta o resultado do trabalho e o exposto no item anterior conclui-se que há frentes inexploradas, as quais se propõem como estudos futuros:

- Realizar uma pesquisa no território respeitando os mesmos parâmetros teóricos do presente estudo, mas de forma que abarque um maior número de atores;
- Desenvolver um modelo de avaliação segundo os princípios abordados que permita complementar os resultados qualitativos com dados menos subjetivos.
- Desenvolver um estudo que possibilite avaliar o capital social do território.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. Desarrollo rural – Organizaciones, instituciones y territorios. **Ediciones Ciccus**, Buenos Aires, p. 51-70, 2006.
- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB. **Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial - Portuário do Açu**. Seção Local Rio-Niterói - Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários, de Rio de Janeiro – Setembro-2011.
- ATAYDE, R. K. **Mapeamento do Capital Social no Sistema Coagro**. 2009. 93f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2009.
- ATHAIDE, R. K.; RIBEIRO, C. A. **Elementos Essenciais de Capital Social**: uma investigação no Sistema Produtivo COAGRO. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR v. 7, n. 3, p. 212-232, Taubaté, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, (tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro)1977.
- BARRETO, S. M. N. e JÚNIOR, Q. P. L. A (re)produção do espaço capitalista nas áreas de grandes empreendimentos: uma análise comparativa entre os conflitos socioambientais nos Complexos Portuários do Açu e de Suape. **Boletim do Observatório Ambiental**, Campos dos Goytacazes, v. 6 n. 1, p. 57-67. 2012
- BEKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BESSA, M. F. L. Aspectos Conceituais da Governança e o Uso das Mídias Sociais. **VI Congresso CONSAD da Gestão pública Brasília**, 2013.
- BUENO. P. N. Lógica da Ação Coletiva, Instituições e Crescimento Econômico: Uma Resenha Temática sobre a Nova Economia Institucional. **Economia, Brasília** (DF), v. 5, n. 2, p. 361–420, 2004.
- _____. **Introdução a Dinâmica de Sistemas**: com aplicação para a economia. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011.
- BÜTTENBENDER, L. P. **Arranjos Institucionais, cooperação e desenvolvimento: redes econômicas, tecnológicas**: sementes do desenvolvimento agregando valor. Ed. Unijuí, 2010. 152 p.
- CABRAL, S. **Analisando a Reconfiguração da Cadeia de Produção de Pneus no Brasil pela Economia dos Custos de Transação**. Gestão e Produção, v. 11, n. 3, p. 373-384, 2004.

CAMPOS, G. J. C. **MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO**: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Rev Bras Enferm*, Brasília (DF), 2004.

CARVALHO, I. G. A. Mercado, Ambiente e Arranjo Organizacional: A Contribuição Neo Institucionalista. In: **V Encontro Regional da Associação Nacional de Pós - Graduação em Economia**, ANPEC, 2002.

CARVALHO, A. C.; VIEIRA F. M. M.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **18ª Enanpad RAP**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**. 3. Ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CONCEIÇÃO, C. A. O. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, p. 77-106, 2002.

_____. Além da Transação: Uma Comparação do Pensamento dos Institucionalistas com os Evolucionários e Pós-Keynesianos. **Revista Economia**, v. 7, n. 3, p.621–642, set/dez, Brasília (DF), 2007.

_____. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 85-105, abr. 2008.

CUNHA A. I. Fronteiras da gestão: os conflitos ambientais das atividades portuárias. **RAP**, Rio de Janeiro v. 40, n. 6, p. 1019-40, Nov. /Dez., 2006.

DALLABRIDA, R. V.; ZIMERMANN J. V. (parece que falta as iniciais do autor) Descentralização na gestão pública e estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento: o papel dos consórcios intermunicipais. **G&DR**, v. 5, n. 3, p. 3-28, Taubaté, 2009.

DALLABRIDA, R. V. A Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento Territorial: Uma Aproximação Conceitual. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, 2007.

_____. Governança Territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos IPEA CODE**, 2011.

DIXIT, A. Governance Institutions and Economic Activity. **American Economic Review**, v. 99, n. 1, p. 5–24, 2009.

ENDERLE, R. A.; Guerrero, G. **A herança patrimonialista na burocracia estatal do Brasil**. XI Encontro de Economia da Região Sul, 2008, Curitiba.

ESTEVE, P. M. J. **Governança Democrática**: Construção Coletiva do Desenvolvimento das Cidades. Tradução: João Carlos Vitor Garcia. Belo Horizonte: Ed. UFJF, 2009.

FARIA, E. A. L. Economia e Autopoiese. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 4, p.119-133, 2002.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F. S.; SYLVIA, M. M. **Competitividade: Mercado, Estado e Organizações**. São Paulo: Ed. Singular, 1997.

FARINA, Q. M. M. E. Competitividade e Coordenação de Sistemas Agroindustriais: um ensaio conceitual. **Revista Gestão & Produção**, V. 6, n. 3, p. 147-161, 1999.

FILHO, B. C. L.; ABRAMOVAY, R. **Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil**. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER, Julho de 2003, Juiz de Fora.

Fondo Mink'a de Chorlavi. **Ação Coletiva e Melhorias nas Condições de vida da população Rural**, 2003. Disponível em: <http://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/31366/8/119165_p.pdf>. Acesso em: 06 maio 2013.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, G. F. **A Nova Economia Institucional (NEI) e o (Sub) Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Limites e Impossibilidades de Interpretação**. Disponível em: <www.sep.org.br/.../download?...A%20Nova%20Economia%20Institucional>. Acesso em 10 out. 2011.

GOMES, W. P. A.; BUENO, P. N. Capital Social e Dilemas de Ação Coletiva: Estudo de caso em Um Pequeno Assentamento Rural de Minas Gerais. **R U R I S**, v. 2, p. 182-206, 2008.

GOMES, W. P. A.; BUENO, P. N.; GOMES, P. A. **Nova Economia Institucional e Capital Social: Uma Revisão Teórica**. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/13P566>. Acesso em: 09 ago. 2012.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciencias sociais**. [S.l.] Editora Record, 1997.

HODGSON, M. G. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, n. 1, mar. 1998, p. 166-192. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2564954>>. Acesso em 10 março 2012.

LLX : <<http://www.llx.com.br/pt/Paginas/default.aspx>>.

LOTTA S. G.; VAZ, C. J. A contribuição dos arranjos institucionais complexos para a efetividade das políticas públicas no Brasil. **XVII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Colombia, 30 oct. - 2 Nov. 2012.

LUCCI, C. R.; SCARE, R. F. **Custos de Transação no Ambiente Portuário: Uma Aplicação da Nova Economia Institucional para o Porto de Santos**. VII SEMEAD FEA-USP, São Paulo, 2004.

LUCCI, R. C. R.; GONÇALVES, F. A.; SCARE, F. R. Aplicação da nova economia institucional ao ambiente portuário: análise dos custos de transação no Porto de Santos. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, 2006.

MADALOZOMARKETING:

<http://madalozomarketing.blogspot.com.br/2011_09_01_archive.htm>

MARQUES, S. T.; ALVES, P. O Desafio da Governança Policentrica. **Prospectiva e Planejamento**, v, 17, 2010.

MARONE, E.; SOARES, R. C.; KAPPEL, F. R.; ALBUQUERQUE, G. M. **OS Portos Brasileiros Frente à Ciência, Tecnologia e Inovação: Um Novo Desafio para a Sociedade** 2005. Disponível em: <www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?id/Produto=2150>. Acesso em 15 abril 2012.

MELO JUNIOR, C. C. A. J. A Ação Coletiva e Seus Interpretes. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 01, p. 65-87, 2007.

METÁLICA, 2013. <<http://www.metallica.com.br/sistema-minas-rio-maior-mineroduto-do-mundo-no-brasil>>.

MIGUEZ C. G. Economía de las instituciones: de Coase y North a Williamson y Ostrom. **Ekonomiaz**, n. 77, v. 2, 2011.

MONDELLI, M.; ZYLBERSZTANJ, D. Determinantes dos arranjos contratuais: O caso da transação produtor-processador de carne bovina no Uruguai. **RESR**, v. 46, n. 3, p. 831-868, Piracicaba, 2008.

MORAIS, J. M. L.; MILWARD, J. A. Por uma abordagem institucionalista-evolucionária do desenvolvimento econômico: implicações para uma política industrial moderna. **X Encontro Nacional de Economia Política**, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

MULS, M. L. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Economia**, Brasília, v. 9, p.1-21, 2008.

NASSER, A. C. A. **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

North, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge International Press, 1990.

NUNES, M. E. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-Mossoró (RN)**. 2009. 351f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

NUNES, M. E.; SCHNEIDER, S. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Pólo Açu-Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste – REN**, v. 43, n. 4, 2012.

OLIVEIRA, B. G. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, p. 37-48, 2002.

ORTEGA, C. A.; SILVA, M. P. F. Uma visão crítica do Desenvolvimento Territorial e dos Novos Espaços de Governança. **RDE- Revista de Desenvolvimento Economico**, n. 23, Salvador, 2011.

OSTROM, E. **A diagnostic approach for going beyond panaceas**. Worcester: Clark University, 2007.

_____. Traditions and Trends in the Study of the Commons. **International Journal of the Commons**, v.1, p. 3-28, 2007b.

PEDLOWSKI, M.; ALVARENGA, F. **Development Projects and the Need for Participatory and Transparent Channels of Negotiation with affected Communities**. Annual World Bank Conference on land and Poverty, Washington, 2013.

PEDLOWISK, A. M. **Mega-Projects and State-Driven Land Grabbing in Brazil: Violence and Dispossession in the Name of Economic Development**. International Conference on Global Land Grabbing II, NY, 2012.

QUINTO JÚNIOR, P. L.; FARIA, P. J. T.; CARVALHO, S. L. Implantação de um Complexo Industrial Portuário: o Caso do Porto do Açú. **Agenda Social**, v. 5, n. 2, mai/ ago / 2011, p. 84- 103.

RIBEIRO, V. R. **Desafios ao desenvolvimento regional do Norte Fluminense**. 2010. 71f. Dissertação (Mestre em Políticas Públicas) Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

RACY, C. J.; JUNIOR, M. A. A.; SCARANO, R. P. **História, Instituições e as Relações Sociais de Produção na Teoria Econômica**. VIII Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC SUL, 2005.

REIS, G. L.; CÂMARA, G. R. M.; SOUZA, B. R. P.; ARBEX, A. M. A. Parceria na Coleta Seletiva de Londrina Sob a Ótica da Economia dos Custos de Transação: Um Estudo de Caso. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, v. 4, n. 2, 2005.

RIBEIRO, A. C.; ARICA, J. Organização Produtiva Local: uma estratégia para capacitar espaços periféricos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, n. 4, 2004.

RIBEIRO, C. A.; SANTOS, E. W. M.; SOUSA, R. S. **Aglomerção Produtiva do Complexo Portuário do Açú: Aspectos de Sua Natureza e Perspectiva Evolucionárias**. XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Belo Horizonte, 2011.

RIBEIRO, C. A.; BODEN S. L. Organização produtiva da pesca oceânica artesanal em São João da Barra – RJ. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes, v. 14, n. 1, p. 121-136, 2012.

ROSSIAUD, S.; CATHERINE, L. **Institutional Economics**, POLINARES working paper n. 12, 2010.

SABOURIN, E. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido. **Antropolítica**, n. 9, 2001. Disponível em: <http://afm.cirad.fr/documents/3_Organisations/CD_AFM/textes/439.pdf>. Acesso em: 26 maio 2013.

SALLES, O. A. T. Repensando desenvolvimento econômico no século XXI: Instituições, sustentabilidade e outros desafios. **Agenda Social**. v. 5, n. 2, p. 1- 23, 2011.

SALLES, A. O. T.; RIBEIRO, L. P. Instituições, desenvolvimento econômico e sustentabilidade: uma análise dos mecanismos de regulamentação das políticas de meio ambiente. **VI Encontro de Economia Catarinense**, Joinville: UNIVILLE, 2012.

SATOLANI, M. F.; CORRÊA, C. C.; BITENCOURT, M. B. Análise do ambiente institucional e organizacional da piscicultura no Estado de Mato Grosso do Sul. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 6, p. 215-234, 2008.

SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. 2. ed. Pedagógica e Universitária LTDA, 1987.

SILVA, R. C.; GOBBI, C. B.; SIMÃO, A. A. O Uso da Análise de Conteúdo como Uma Ferramenta para a Pesquisa Qualitativa: Descrição e Aplicação do Método. **Organ. rurais agroind.**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, D. M. **Governança Territorial no Arranjo Produtivo Local de Turismo de Bonito/Serra da Bodoquena e o Desenvolvimento Local**. 2007. 114f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS, 2007.

SILVA, L. V. Arqueologia da Sociologia Econômica: A Contribuição de Thorstein Veblen. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 133-151, 2008.

SIMÕES, D. M. A.; RODRIGUES, A. J. A abordagem da Velha Economia Institucional na Investigação em Contabilidade e Controlo de Gestão Contributos Teóricos. **RICG**, v. X, n. 19, Enero-Junio, 2012. Disponível em: <http://www.observatorio-iberoamericano.org/RICG/N%C2%BA_19/Ana_M%C2%AA_Dias_Simoes_y_Jose_Azevedo_Rodrigues.pdf>. Acesso em 10 dez 2013.

_____. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. **Política e sociedade**, v. 9, n. 17, p. 289-323, 2010.

SOUZA, N. T.; TERRA, P. R.; OLIVEIRA, S. P. V. Implantação do Complexo Portuário do Açú e atividade de pesca artesanal marinha do Norte Fluminense: um conflito socioambiental. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 3, n. 2, p. 23-30, 2009.

TEIXEIRA, D. J. R. **Ação Coletiva em Alberto Melucci**. Disponível em: <<http://www.didinho.org/ArtigoMelucci.pdf>>. Acesso em 09 jan 2013.

TESSARO, B. A.; COSTA, A. V. K.; RISSATO, D. **Relações contratuais nas Usinas de Beneficiamento de leite**: um estudo de caso da Coopavel. 2005. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IVSeminaro/IVSeminaro/Artigos/02.pdf>>. Acesso 10 jan 2013.

VALLE, G. M.; FILHO, S. S.; BONACELLI, M. B. M. **Aportes da Economia Evolucionista e da Nova Economia Institucional na Constituição de Arranjos Institucionais de Pesquisa**. Simpósio da Gestão da Inovação Tecnológica, Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/geopi/documentos/22809619.pdf>>. Acesso em: 19 julho 2012.

VIDAL, C. S. M. S.; MONIÉ, F. **Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva**. Rio de Janeiro: RAP, 2006.

VIEIRA, B. B. G.; MILAN, S. G.; KLIEMANN, J. F.; RODRIGUES, A. L. S.; RAMOS, F. F. N. **Ações de Governança em Cluster Portuários**: A Proposição de Um Modelo Conceitual no Contexto do Porto de Buenos Aires. XXXI Encontro de Engenharia de Produção, Belo Horizonte, 2011.

WILLIAMSON, E. O. Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 269-296, 1991.

_____. **Calculativeness, Trust, and Economic Organization**. **Journal of Law and Economics**. v. 36, n. 1, Part 2, Chicago, 1993. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/725485>>. Acesso em: 01 ago 2012.

_____. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVIII, p. 595–613, 2000.

_____. **Why Law, Economics, and Organization**. Disponível em: <www.annualreviews.org>. Acesso em: 08 julho 2012.

_____. Transaction Cost Economics: The Natural Progression. **American Economic Review**, p. 673–690, 2010. Disponível em: <<http://www.aeaweb.org/articles.php>>. Acesso em 08 junho 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANELLA, H. C. L. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Capes, 2009. Disponível em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/mansano/downloads-para-disciplina-de-metodologia-da-pesquisa-uab/downloads/UAB_Metod_Livro_Base.pdf>. Acesso em: 19 julho 2013.

ZERBIELLI, J.; WAQUIL, D. P. A Formação do Mercosul como Fator de Alteração no Ambiente Institucional do Agronegócio de Pêssegos da Região de Pelotas. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 6, n. 9, Porto Alegre, 2006.

ZYLBERSZTANJ, D. **Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma Aplicação da Nova Economia das Instituições**. Tese (Livre Docência) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

ZYLBERSZTANJ, D; NOGUEIRA, L. C. A. Estabilidade e Difusão de Arranjos Verticais de Produção: uma contribuição teórica. **II Simpósio Brasileiro sobre a Nova Economia Institucional**. UNICAMP, 2001.

ZYLBERSZTANJ, D. Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados. **RER**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 385-420, 2005.

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,operarios-fazem-greve-no-porto-do-acu-de-eike-batista,1016522,0.htm> acesso em 02/06/2013 20:30

<http://bomlero.blogspot.com.br/2012/12/agressao-ambiental-porto-de-eike.html>

<http://www.brasil.gov.br/empreendedor/capacitacao/sistema-s>

<http://www.ebx.com.br/pt-br/grupoebx/Paginas/AtuacaoInternacional.aspx>
09/05/2013

<http://www.fundenor.com.br/afundenor.htm> 10/02/2013

<http://portal.iff.edu.br/institucional>

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=33&search=rio-de-janeiro>

<http://www.llx.com.br/pt/Paginas/default.aspx>

http://madalozomarketing.blogspot.com.br/2011_09_01_archive.htm

http://economianortefluminense.blogspot.com.br/2013_05_01_archive.htm

<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>

www.sjb.rj.gov.br

<http://uenf.br/reitor>

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO PESQUISA SOBRE ESTRUTURA DO ARRANJO INSTITUCIONAL DO TERRITÓRIO SOB INFLUÊNCIA DIRETA DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU

Prezado(a) Senhor (a),

Gostaria de contar com sua colaboração nesta pesquisa para a construção de uma dissertação de mestrado sobre o processo de articulação do arranjo institucional do território sob influência do Complexo Portuário do Açú.

Este trabalho tem como objetivo entender o comportamento dos agentes econômicos do território em relação à configuração produtiva do complexo portuário do Açú. O Trabalho conclui o ciclo do Curso de Mestrado em Engenharia de Produção da UENF.

Responda-o da forma que melhor represente sua opinião e concordância sobre cada item

ORGANIZAÇÃO: _____

RESPONSÁVEL _____

Considerando que os vultosos investimentos exógenos, direcionados à infraestrutura portuária da região norte fluminense, provocam uma mudança na configuração produtiva local e que, uma rápida adaptação da população local a esse contexto é um dos fatores que influenciam o desenvolvimento econômico.

E considerando ainda que, essa adaptação não ocorrerá autonomamente, a presente pesquisa, com o intuito de obter informações que possibilite apontar possíveis caminhos para uma rápida adaptação da população local, se propõe a verificar se **o território possui um arranjo institucional articulado de acordo com os fundamentos da teoria institucional, a qual entende que esse possui o papel de potencializar a ação coletiva visando um objetivo comum.** Assim o presente estudo busca a compreensão de como o arranjo institucional se articula para atuar visando a adaptação da população local a esse contexto em mudanças através de uma entrevista, direcionada por um roteiro com os princípios da economia

institucional. E utiliza um questionário no intuito de conhecer a percepção dos atores em relação aos princípios que sustentam a ação coletiva.

- 1) Na opinião do (a) senhor (a), os investimentos direcionados para a infraestrutura portuária na região são coordenados pelas organizações locais visando assegurar o desenvolvimento econômico do território?
- 2) Na opinião do (a) senhor(a) o território, compreendido esse como os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, possui um arranjo institucional articulado visando à adaptação da população local a esse contexto de mudanças?
- 3) Poderia opinar sobre o processo de interação entre os atores ao planejar e coordenar ações visando solucionar conflitos e o engajamento das pessoas nessas ações?